

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM  
SAÚDE

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Carolina Vidales de Menezes

GÊNESE E CONTEMPORANEIDADE DA *BANALIDADE DO MAL* A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT

Rio de Janeiro – RJ  
2014

Carolina Vidales de Menezes

GÊNESE E CONTEMPORANEIDADE DA *BANALIDADE DO MAL* A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio  
como requisito parcial para aprovação no curso  
técnico de nível médio em saúde com  
habilitação em vigilância em saúde.

Orientador: Diego dos Santos Reis

Rio de Janeiro – RJ  
2014

Carolina Vidales de Menezes

GÊNESE E CONTEMPORANEIDADE DA *BANALIDADE DO MAL* A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio  
como requisito parcial para aprovação no curso  
técnico de nível médio em saúde com  
habilitação em vigilância em saúde

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à miséria por me propiciar a virtude.

Agradeço ao pecado por me fazer desejar mais, reconhecer mais, me conceber como não pecadora já que não me violento ao ansiar o sofrimento, comum ao mundo dos pecadores.

Agradeço principalmente à repressão contígua aos meus floreios, dentre elas as más notas presentes nas avaliações, pois sem elas não me perceberia incomum, já que a repressão é fruto do estranhamento.

Mas agradeço também àqueles reconhecedores da flor insurgida do asfalto, imensuráveis credores do onde há apenas descrédito, tais como Diego dos Reis, Alexander de Carvalho e Flávio Paixão.

Agradeço à massa, à qual inimagináveis pertencem, por me perguntarem e alegarem: para que pensar tanto? Por que razão insistes em questionar tudo? Tu não podes fazer isso, pois não és ninguém, não tens um diploma, não és capaz. Obrigada!

E obrigada acima de tudo por não crerem em mim, pois na crença cabem apenas adivinhações e não constatações. Digo-vos com propriedade: sou potência tal como vós o sois; necessito questionar o imperfeito e mesmo o reconhecidamente perfeito, pois somos seres humanos, seres racionais.

*Epígrafe a um livro condenado*

*Leitor pacífico e bucólico,  
Homem de bem, austero e lhano,  
Joga fora este saturniano  
Livro, orgíaco e melancólico.*

*Se não herdaste o dom hipnótico  
De Satã, o astuto decano,  
Irias ler-me por engano,  
Ou me terias por neurótico.*

*Alma curiosa que padeces  
E buscas no Éden teu abrigo,  
Tem dó de mim... Ou te maldigo!*

*(Charles Baudelaire)*

*“Nada mais do que pensar o que estamos  
fazendo”*

*(Hannah Arendt)*

## RESUMO

O presente trabalho pretende explicitar o conceito de “mal banal” (ou *banalidade do mal*), desenvolvido pela filósofa Hanna Arendt, mostrando sua relevância para a época atual. Com esse escopo, traça-se uma breve história da compreensão do mal no ocidente em suas formas mais importantes. O foco, porém, reside na forma de apresentação do mal configurada historicamente no que ficou conhecido como totalitarismo. Nesse ponto o trabalho procura explorar a questão de sua atualidade, a partir do estudo de suas características, e como elas podem ser reconhecidas atualmente. A principal característica abordada é a ausência de lei moral universal na obediência a ordens ditadas por vontades particulares, o que historicamente mostra-se como ferida indelével da dignidade humana sob a forma do holocausto do povo judeu na Segunda Guerra Mundial. Aborda-se também a relação entre o totalitarismo e o niilismo como esvaimento de todos os valores universais.

Palavras-chave: Banalidade do mal. Totalitarismo. Nihilismo.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA .....	07
1.2 JUSTIFICATIVA .....	08
1.3 BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA.....	09
1.4 METODOLOGIA.....	10
<b>2. O MAL NO OCIDENTE.....</b>	<b>13</b>
2.1 MANIFESTO DO CRER: MITOLOGIA GREGA.....	15
2.2 MANIFESTO DO CRER: CRISTIANISMO.....	20
<b>3. O ADVENTO DA MÁQUINA TOTALITÁRIA.....</b>	<b>30</b>
3.1 UMA PAIXÃO TOTALITÁRIA.....	30
3.2 UMA APATIA TOTALITÁRIA.....	35
<b>4. A BANALIZAÇÃO DOS VALORES HUMANOS.....</b>	<b>38</b>
4.1 NIILISMO: O ABISMO QUE SE ABRE ENTRE O HOMEM E DEUS.....	41
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “NADA MAIS DO QUE PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO”, OU MELHOR, NÃO FAZENDO.....</b>	<b>46</b>
5.1 PRESENTE: PRINCÍPIO DO PRINCÍPIO.....	51
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

É comum o ser humano, como um ser racional, tentar entender e explicar todas as incógnitas com as quais se depara. Esta tentativa demanda várias possíveis respostas, dentre elas aparece de forma dominante a conclusão gerada por um meio social cuja história fora feita sob vigor do cristianismo: o mal é explicado por intermédio do bem. Aqui empreendemos uma articulação reconhecidamente pouco usual, qual seja, a de não reproduzir a incompatibilidade entre a perspectiva da razão e a da fé, ou religião. Portanto, a ideia de um fundamento último de todo o real, princípio racional por excelência, é interpretado religiosamente sob a figura de um ente que tenha os atributos de tal princípio: Deus. Daí, tudo que fugiria à imagem boa de Deus seria mau e cruel. Porém, os horrores praticados pelo ser humano, ao não encontrar explicação, não devem ser demonizados. O mal surge, pois, graças à consciência livre que pode escolher através de sua liberdade a crueldade e a aniquilação, esta maldade faz parte do drama vivido pelo homem.

O governo totalitário e sua difusão geraram das mais hediondas ações humanas já documentadas na história mundial, e reconhecidas por muitos como definitivamente inexplicáveis e executadas por nada além de seres frios e maus: o antissemitismo genocida do Nacional-Socialismo alemão e os *gulags* soviéticos.

O conceito de “mal banal” surge com Hannah Arendt (1983) como uma hipótese, gerada a partir da observação e análise quando do julgamento, em Jerusalém, de um dos grandes responsáveis pelo holocausto – um dos atos mais medonhos já cometidos contra a humanidade -, o funcionário de Estado Karl Adolf Eichmann. Ela percebe que Eichmann, responsável pelo transporte dos judeus para a morte, não comporta antissemitismo, nem qualquer tipo de ódio racial. Ele era um funcionário comum, não a encarnação de uma figura diabólica. E é precisamente isso que chama a atenção de Arendt. Aí a trivialidade do mal se dá não por este ser desimportante, “mas porque pode acontecer sem intenção diabólica e, a miúdo, o resultado de total falha no pensamento” (FRY, 2010). Esta maldade é então exercida por homens comuns, banais.

Essa monografia pretende se desenvolver a partir do contexto do totalitarismo, o qual é trabalhado pela filósofa Hannah Arendt (1977)<sup>1</sup>. A partir do estudo dos métodos de dominação e da ideologia<sup>2</sup> do totalitarismo, é possível esclarecer, com Arendt, o vazio de pensamento que dominava a sociedade e autorizava os principais colaboradores para a eficácia ideológica nacional socialista, os servidores do Estado alemão. Nesse meio é desenvolvido o conceito de “mal banal”, sendo explicado através da identificação de inúmeros artifícios de fragmentação da inserção social e política que afeta toda a sociedade, produzindo não mais indivíduos articulados numa compreensão da totalidade, mas sim funcionários facilmente descartados, como peças de uma grande engrenagem. Essa forma de governo exerce tamanha repressão e uma “total, irrestrita, incondicional e inalterável lealdade de cada um dos membros” (ARENDR, 1977), de tal modo que “as pessoas temem mais deixar o movimento do que serem considerados responsáveis pelos crimes que eles cometem em nome do movimento” (FRY, 2009). Essas informações facilitam a compreensão de atos feitos em nome do Estado e sem percepção de culpa. Afinal, todos os atos, quando orientados pelo governo totalitários, são legais e, enquanto tais, não admitem nada além da irrestrita obediência. O cidadão de bem, aí, é aquele que não titubeia, que cumpre a ordem e, preferencialmente, se orgulha de ter servido ao Estado.

## 1.2. JUSTIFICATIVA

O projeto pretende recuperar o desenvolvimento do conceito de “mal banal” (ou *banalidade do mal*), mostrando sua relevância para a época atual, com o intuito de esclarecer e analisar as suposições por parte dos indivíduos acerca do mal. A caracterização dessa trivialidade do mal é feita sob a vigência do totalitarismo, explorando a questão de sua atualidade, a partir do estudo de suas características e como elas podem ser reconhecidas

---

<sup>1</sup> Por ser ela uma judia alemã que vive, já em sua maioridade, em meio ao nazismo, Arendt percebe sua vulnerabilidade diante daquele regime que começara a se disseminar e se sente obrigada a emigrar. Após refugiar-se nos Estados Unidos e passado o temor ocasionado pela repercussão do Terceiro Reich, Arendt e Jaspers – filósofo que então se lhe afigurara uma influência significativa no desenvolvimento de sua formação filosófica – iniciam uma íntima amizade, produtiva para ambos. Oficialmente registrada, agora com nacionalidade estadunidense, Arendt formula, com experiência de causa, suas teses sobre o totalitarismo, as quais objetivam evitar o primordial nesse movimento, a repressão do livre intercâmbio de ideias.

<sup>2</sup> A palavra ideologia está sendo usada aqui em seu sentido mais amplo, qual seja, “sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos” (HOUAISS, A. **Houaiss Eletrônico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009).

atualmente, desenvolvendo-se a tese do quanto os indivíduos ainda são sujeitos a agir antes de pensar, isto é, obedecer sem uma visão do todo, desconsiderando, assim, as consequências da obediência irrefletida.

### 1.3. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

Com base no fenômeno totalitarismo em Hannah Arendt, podemos dizer que esse seja um novo tipo de formação política, sem precedentes e que difere de quaisquer outros tipos de tiranias políticas. “[...] a descrição de Arendt do totalitarismo é que ele é mais parecido com um furacão que derruba tudo o que se acha em seu caminho, que não é deliberadamente planejado ou estruturado” (FRY, 2010, p.23). Essas características mostram a peculiaridade dessa forma de governo, levando, por vezes, à perplexidade quem se debruça sobre o fenômeno. Principalmente no que se refere ao que é outorgado ao supremo detentor dos rumos do totalitarismo:

o governante totalitário promove a ideologia do governo e justifica todas as ações de acordo com ela, até mesmo a custa dos recursos do regime ou da nação. [...] Em contraste com tiranias, os objetivos do totalitarismo são globais na intenção e ultrapassam os empreendimentos nacionalistas (FRY, 2010, p.31).

Entendendo essa política que emerge como ruptura da tradição ocidental, como diz Arendt, é necessário, contudo, notar que ela está apoiada tanto no antissemitismo quanto no imperialismo e que se alastra por sobre tudo que encontra. Esse conjunto de confluências pode explicar o quão dominante ela é e, daí, como os indivíduos dificilmente conseguem se desprender dessa lealdade produzida e do terror utilizado como método de auxílio nessa dominação. Eles se encontram submersos sob o totalitarismo de tal modo que eles mesmos se anulam, permitindo ao Estado elencar por que viver, por que morrer.

Os indivíduos já não são singulares e contribuintes importantes para a cultura e para a política, mas criaturas que podem ser facilmente sacrificadas para a ideologia ou condicionadas a agir de maneira previsível e obediente, a fim de serem consistentes com a ideologia (FRY, 2009, p.36).

Considerando o estado de ignorância dos envolvidos condicionado pelo líder, que se torna a única ponte para o mundo exterior, impedindo este de ser questionado, deve-se levar em

conta o “mal banal”. “[...] o que Arendt aprendeu é que os regimes totalitários não produzem necessariamente monstros. [...] o que eles frequentemente engendram seriam pessoas incapazes de pensar por si mesmas e incapazes de compreender a imoralidade de suas ações, visto que tudo que faziam era sancionado pela lei e apoiado pelo regime vigente” (FRY, 2010, p.45).

Hannah Arendt vê em Eichmann o exemplo de indivíduo tido como monstro e condenado a pagar por isso. No entanto, ela percebe que ele não passa de um funcionário do Estado, incumbido da responsabilidade funesta de transporte dos judeus para as câmaras de gás. De acordo com ela, ele, obediente ao *Führer*<sup>3</sup>, não seria levado a outra coisa senão a agir como agiu: cumprir seu papel na engrenagem totalitária. “A primeira dificuldade estava em equacionar corretamente o ato de um homem, que mais parecia uma pequena ruela em uma poderosa engrenagem” (SAMPAIO, 1983, p. 10). É fundamental perceber que ele, enquanto indivíduo, não tinha importância nenhuma. Se ele se negasse a cumprir as ordens, outro ocuparia seu lugar. Ele não representava toda a estrutura, nem incorporava necessariamente as paixões incitadoras do nacional socialismo. Ele, sendo funcionário, apenas funcionava. Em larga medida, o que Arendt observou é que atentar demasiadamente a uma mera peça de uma grande engrenagem obnubilava a compreensão de toda a máquina.

#### 1.4 METODOLOGIA

O grande tema de nosso trabalho é o conceito de *banalidade do mal*. Objetivamos, portanto: Primeiramente caracterizar o conceito de mal na tradição do pensamento Ocidental para, posteriormente, definir o fenômeno do totalitarismo a partir das análises de Hannah Arendt e, finalmente, caracterizar o advento do mal na história contemporânea.

O desenvolvimento desse projeto surge em torno de Hannah Arendt e seu conceito de *banalidade do mal*. Este se encontra formulado pela primeira vez em *Eichmann em Jerusalém*. Outra decorrência do tema será a leitura do texto anterior de Arendt, *As origens do totalitarismo*, mas precisamente no que se relaciona com o desenvolvimento do nosso tema, a *banalidade do mal*. Serão utilizados ainda como autores base tanto estudiosos que explicam os conceitos apresentados por Arendt, para uma maior compreensão, quanto aqueles que reconhecemos relevantes na elaboração da nossa autora. Neste conjunto destacamos, dentre outros, Rüdiger Safranski, Immanuel Kant e Friedrich Nietzsche, além de comentadores.

---

<sup>3</sup> Líder, em alemão. Título de Hitler. Pronuncia-se /'fʏ:ɐ̯/.

Na introdução de nosso trabalho, e para a compreensão do conceito de *banalidade do mal*, necessitando entender primeiramente como se dá o mal, será incluído na pesquisa Safranski (1997) – *El mal: o el drama de la libertad*, livro utilizado para a contextualização e introdução ao tema do mal na história ocidental. A partir de sua leitura de diversas teorias e da liberdade que ele toma em não partir de apenas uma origem imaginada como se fosse apenas ela a real que explicasse o questionamento do qual ora tratamos, esse filósofo contextualiza o drama vivido pelo homem consciente e sua busca pela liberdade, a qual, como nos conduz a ver, tem como preço o mal.

A exposição e a descrição das duas origens ocidentais do mal apresentadas por Safranski, a grega e a cristã, irão compor o primeiro capítulo da então monografia. O percurso será o de apresentar e interpretar as narrativas de cada origem para assim entendê-las e explicá-las filosoficamente, desdobrando-as conforme Safranski. É necessária esta introdução para ilustrar a tentativa produzida pelo ser humano no lidar com o incompreendido, já que os males são fruto do próprio ser consciente e a sua liberdade, por essa possuir tamanha influência sobre os atos, fugindo às delimitações induzidas pela consciência. As duas visões que serão expostas são mitos de crenças diferentes, porém com um mesmo fim, externalizar o mal, projetando sua culpa sobre terceiros, que ocasionariam todos os inoportunos infortúnios inexplicáveis.

No segundo capítulo, a partir da anterior preparação histórico-teórica acerca do mal, tentaremos apresentar a relação desta tradição com a elaboração kantiana do mal radical. Isto implicará recuperar o estudo de Arendt acerca do totalitarismo, na obra *As origens do totalitarismo*, na qual ainda trabalha com o conceito de Kant. O uso deste filósofo se deve a sua grande relevância para o pensamento político e moral de Hannah Arendt, porém especialmente pelo diálogo que ela estabelece através do conceito de mal banal com o conceito kantiano de mal radical. O texto escolhido para este momento será *A religião nos simples limites da razão*.

No terceiro capítulo, caberá enfim expor o conceito-tema da monografia, a *banalidade do mal*. Em um primeiro momento tomaremos como orientação a pergunta por sua procedência. Em seguida, nos dirigiremos à aplicação do conceito na interpretação dos atentados contra a humanidade cometidos sob o totalitarismo nacional socialista alemão, em específico ao caso do julgamento a que assiste de Adolf Eichmann, cuja original finalidade de cobertura jornalística resulta na obra *Eichmann em Jerusalém*. Em conclusão deste capítulo, alcançamos a formulação da *banalidade do mal*, considerando então plenamente descrita em sua construção teórica.

Em caráter de conclusão, resta esclarecer nossa condição contemporânea à luz do que o texto acumulou sobre o totalitarismo e a *banalidade do mal*. Cabe indagar sobre possíveis convivências em zonas sombrias de nosso exercício da liberdade, tão exaltado como uma conquista inédita na compreensão progressista da história, tanto com o totalitarismo quanto com a *banalidade do mal*.

## 2. O MAL NO OCIDENTE

Mediante um cenário ocidental do qual florará a fundamentação da *banalidade do mal*, necessita-se do esclarecimento do que rege o pensar, para assim permitirmos a compreensão neste plano, do que tenta entender este conceito fundamentado por Hannah Arendt (1983): O mal. Partindo de duas origens determinantes na visão constituída do mal no Ocidente, que saber, a mitologia grega e cristã, Rüdiger Safranski (2000) permeia o que na realidade será apenas uma base para explicar o drama do gênero humano no adentrar da liberdade – o projetar-se fundamental para a responsabilidade do fazer – como primeira experiência genuinamente humana e o preço de tamanha aventura.

Cabe aqui abalizar nossa pretensão, quanto à distinção no que envolve o mal, reconhecidamente filosófica, mas aqui aplicada, num primeiro plano, (pois adiante será também abordada, não mais deslocada de seu entendimento pleno, mas a partir de então posta a explicar um conceito materializado dele, o mal banal) no empreendimento que se estrutura a partir do configurado pelas aflições humanas, a religião. Para ambos os desfrutes dessa distinção, este é diferenciado ou como mal metafísico ou mal de mera índole moral. No compor do primeiro segmento deste trabalho, apontamos essa separação como parte de uma mesma exemplificação, a de prol religioso, no todo. A desídia desses enquadramentos do mal deslocados ao servir não da verdade, mas de vontades de poder rentáveis a uma única instituição, a Igreja, jocosa dos valores humanos, ao explicitar um ato de fuga de um valor, não pode engendrar nossa realidade. Notemos que ambas as definições não pecam em sentido, quando sim em valoração no que macula a liberdade humana; contudo, dependem do meio em que elas são incorporadas, podendo elas assim ser assumidas erroneamente, como de modo a serem utilizadas a fim de desperceber um ato que só pode ser fruto do sujeito que o realiza. Portanto, nesse capítulo nos faremos propedeuticamente em meio a essa deslocada valoração fruto das crenças humanas entabuladora de grande parte do que ainda hoje compõe a nossa realidade, nossas convicções. Adiante poderemos enfim nos conduzir ante fundamentações que respeitem a real situação moral com a qual o ente que todos nós somos haverá de se deparar quando através de si prover-se uma eleição, cujo culminar, mesmo nos desêxitos, será de autoria unicamente daquele que a

determinou, ou seja, mesmo quando parece haver vitória e conquista, impõe-se a responsabilidade pelas consequências maléficas da escolha e da ação humana.

A Moral, enquanto fundada no conceito do homem como um ser livre que, justamente por isso, se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da ideia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem de outro móbil diferente da própria lei para o observar. Pelo menos é culpa sua se nele se encontra uma tal necessidade a que por nada mais se pode então prestar auxílio; o que não procede dele próprio e da sua liberdade não faculta, pois, compensação alguma para a deficiência da sua moralidade. – Portanto a Moral, em prol de si mesma (tanto objectivamente, no tocante ao querer, como subjectivamente, no que diz respeito ao poder), de nenhum modo precisa da religião, mas basta-se a si própria em virtude da razão pura prática. (KANT, 2008, p. 9).

Dessa forma, o homem enquanto ser racional, mesmo no erro tem de interpretá-lo racionalmente, ou seja, assumi-lo para no futuro não mais atentar a ele, fazendo-se um ser emancipado e capaz de lidar com suas ações sem sobrepor suas paixões à racionalidade moral.

Mas, por ser esta uma pesquisa, necessitamos externalizar o questionamento de entendimentos intrínsecos às questões aqui tratadas: na desenvoltura do ser-humano perfazem-se valores, dos quais cabe ressaltar o mal como antípoda ao bem, não apenas como algo radicalizadamente usual nas doutrinas religiosas, mas também, como dito, um valor, não só marginal às ações humanas, mas rigorosamente parte de sua vivência; podemos elucidar já, pelo reconhecimento deste valor, o sentido de sua denotação como uma criação. Enquanto ser realizador (tal entendimento será abordado na segunda abertura ao mal no Ocidente, desta vez Cristã) o ser que nós mesmos somos apenas é pelo que produz, sendo então este feito de ações (SAFRANSKI, 2000). Partindo desta visão, o gerado do destrinchar das ditas ações realizadas em meio ao campo da liberdade, instigada pela consciência<sup>4</sup>, não poderá culminar em uma intransponível realidade perfeita pela plena efetivação da lei moral. Engendra-se ao homem uma clara possibilidade, a de, embora sermos racionais, portanto, o que nos aflora parte de princípios racionais, tendermos a subordinar a lei moral à sensibilidade, aí se dá o mal - Mal este moral (KANT, 2008).

---

<sup>4</sup> Safranski aponta a consciência humana como vinculada aos frutos da liberdade, porém não superior a ela, pois não pode se destrinchar do peso da responsabilidade, às vezes traduzida em culpa, das ações e criações gestadas pela liberdade. (Cf. SAFRANSKI, 2000)

## 2.1. MANIFESTO DO CRER: MITOLOGIA GREGA

Após uma breve introdução à questão que ora investigamos, começaremos a transparecer como se dão as virtudes gregas abrangidas num contexto de reconhecimento do indivíduo – de seus valores. Desconexo a sua personificação divina da existência, este novo ser se origina pela própria força emancipatória, assim, sem tomada de propriedade dos deuses viventes no ainda conturbado e não compreendido como planeta habitual dos mortais. A autônoma criação é concebida da terra num plano caótico, regido pela inexistência de incumbências, assim sendo sem quaisquer leis.

Inicia-se já o manifesto humano no que ronda o crer na Grécia antiga: a primeira forma de compreender os males que provêm da liberdade humana, percebida por Safranski, é a que viria a ser definida como mitologia grega<sup>5</sup>. A mitologia Grega – ou até qualquer que seja a manifestação humana experimental de explicar o seu entorno mundano – é movida, através do *horror vacui*,<sup>6</sup> em direção à construção da expectativa de um sentido para o caos, dando vigor ao que lhes apareciam como originário, a natureza (*Physis*). Os gregos viriam a exercitar, portanto, uma descolonização do poder pensante do ato criador humano designando-o aos agora almadados “animais não determinados”<sup>7</sup>, dotados do sopro vital – fugir-lhes-ia destarte a responsabilidade fatídica de suas criações, nesse caso o próprio mal, ou bem dizendo, a possibilidade do erro, transformando em aprazível aquilo cabível apenas a encargo próprio.

[...] o poeta faz o deslocamento do *Kháos* (caos), da *rudis indigestaque moles*, da massa informe e confusa, como diz Ovídio (Met., 1,7), para Zeus, isto é, das trevas para a luz. Trata-se, na realidade, [...] da substituição de um tipo de religião por outra, em que o caos é suplantado por Zeus, o teratomorfismo é substituído pelo antropomorfismo; as trevas são vencidas pela luz; os deuses ctônicos pelos olímpicos;

<sup>5</sup> Usaremos o termo mitologia tanto para os relatos e crenças da Grécia antiga quanto dos textos constituidores do Judaísmo e Cristianismo por ele apontar para a característica metafórica do relatar (*mythéómai*) de fenômenos sagrados.

<sup>6</sup> Latim para “medo do vazio”.

<sup>7</sup> Cf. NIETZSCHE, 1992, p.65.

a matrilinearidade pela patrilinearidade; Eros, símbolo da promiscuidade sexual, é dominado pelo *lógos*, pela razão e pela ordem. (BRANDÃO, 1991 p.161).

Logo, Zeus se impõe como dominador, destronando Cronos, e a primeira geração de seres humanos – áurea – sucumbe em meio a batalhas ideológicas travadas em favor da ordem. Consequente à primeira idade, ou seja, à de ouro, emerge a de prata, tal qual a anterior; nesta implica-se a *dikē*, justiça, frente aos homens. Porém, no que difere à originária, fundamentaria seu fim: os que a representam negam-se a salientar a existência dos deuses, não lhes atribuindo graças, efetivando, por assim, uma *hybris*, um descomedimento. Zeus apático àquela raça, quando confrontado, por fim legitima seu desafeiçoar e os aniquila.

Vista a concepção de duas eras coparticipantes de uma divisão ampla, a qual separa quatro gerações nestas duas – ouro e prata, bronze e ferro. A primeira fase outorga ao plano central a justiça e em secundário a violência; a segunda fase sobressalta atos violentos de antemão à justiça. Inicia-se já o denominado declínio do gênero humano, fase em que nada provém da inércia.

A nova era, pululada de violência, tem como *mater* a idade de bronze. Esta, de pronto, é dizimada, dessa vez sem interferência do divino. A extinção do tipo, a geração bronzeada, é alavancada pelos que deveriam resguardá-lo: a imediata raça em questão e idade. Acaba-se outra geração: através de batalhas dá-se a matança de uns aos outros.

A segunda idade de evidente incidência do descomedimento, e última geração – a nossa –, denomina-se pelo metal ferro. Quanto ao referente a esta, ela nos acrescenta seu contexto inusitado, dada sua aparição. Com o fim da idade de bronze, esse espécime revela-se, por um momento, extinguido. Por assim dizer, este fracassa visto sua espontaneidade originária. Sua reascensão provém de encargo, senão, do destino, mas provocada pelas mãos dos responsabilizados por selecionar as habilidades necessárias a cada animal, de forma a ter por resultante o equilíbrio natural. Os postos no ideário criador são dois filhos dos titãs Jápeto e Tétis, portanto o resquício da violada linhagem, vivente no reino de Zeus: Epimeteu e Prometeu<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Ambos são Titãs encarregados por selecionar e distribuir as devidas atribuições necessárias ao compor das espécies que se formarão dos animais moldados pelos deuses, animais estes deixados inacabados ao bel responsabilizar dos dois Titãs. Há, entretanto, escondido numa simples sacada por parte dos Gregos ao determinar

Quando chegou o momento determinado pelo destino, para que estas fossem criadas, os deuses as plasmaram nas entranhas da terra, utilizando-se de uma mistura de ferro e de fogo, acrescida dos elementos que ao fogo e à terra se associam. Ao chegar o tempo certo de tirá-los para a luz, incumbiram Prometeu e Epimeteu de provê-los do necessário e de conferir-lhes as qualidades adequadas a cada um. Epimeteu, porém, pediu a Prometeu que deixasse a seu cargo a distribuição. Depois de concluída, disse ele, farás a revisão final. Tendo alcançado o seu assentimento, passou a executar o plano. Nessa tarefa, a alguns ele atribuiu força sem velocidade, dotando de velocidade os mais fracos [...]. Destarte agiu com todos, aplicando sempre o critério de compensação.[...] Como, porém, Epimeteu carecia de reflexão, despendeu, sem o perceber, todas as qualidades de que dispunha, e, tendo ficado sem ser beneficiada a geração dos homens, viu-se, por fim, sem saber o que fazer com ela (PLATÃO, 1980, pp.56-57).

Ao deparar-se com o precipitar de Epimeteu – “Somente o homem encontrava-se nu, sem calçados, nem coberturas, nem armas [...]”–, Prometeu já posto, antes mesmo da derrocada dos Titãs por Zeus, da parte dos homens, rouba o Fogo<sup>9</sup> e as Artes do Divino no intuito de conceder-lhes condições à vida na luz. No entanto, o benfeitor da humanidade, em seu extremismo protetor, comete duas injúrias a Zeus. Como consequência da primeira, Prometeu destina aos mortais além da desconfiança já presente por parte de Zeus, uma fúria repreendedora, graças à indução ao erro provocada a Zeus numa disputa de cunho à destreza, a qual os homens e Zeus haveriam de escolher entre dois guardados, o que contivesse aquilo serviente ao alimentar-se, a carne, havendo no escolhido por Zeus apenas os ossos do animal cobertos com gordura (o odor da gordura era demasiado atrativo aos deuses). A divindade perde a disputa graças a Prometeu, por conseguinte, designa aos seres humanos sua imbecilização. “Zeus te ocultou a vida no dia em que, com a alma em fúria, se viu ludibriado por Prometeu de pensamentos velhacos. Desde então ele preparou para os homens tristes cuidados, privando-os do fogo” (HESÍODO apud BRANDÃO, 1991, p. 167).

O segundo perjuro lançado por Prometeu fora o de reaver o fogo à humanidade, dessa vez culminando numa punição não só aos humanos, mas pertinentemente mandada a si. O filho de Titãs é acorrentado como penitência, fadado a ter seu fígado devorado por uma águia ao

---

a nomeação das duas figuras remanescentes da linhagem Titã, a qual jaz na escolha dos substantivos Prometeu e Epimeteu, sabendo serem estes portadores da função de assimilar duas personagens fundadoras da crença Grega, o aplicar de antemão a noção de sob o que residirá o fluir das ações de ambas as personagens. Portanto quando pensa-se em Prometeu cabe-nos já premeditar que deste aflorarão ações prometidas, pois Prometeu é “o que vê ou sabe antes”; e quando pensamos em Epimeteu já nos é dito que somente depois do ato este feito refletirá acerca das consequências provenientes de seu agir, pois é “o que vê ou sabe depois”.

<sup>9</sup> O fogo mitológico a que se faz referência aqui aponta, metaforicamente, para *psyché*, ou seja, espírito, aquilo que torna em humanos os seres gerados.

longo de todos os seguintes dias, na parte da manhã, na condição de que no anoitecer o órgão se restabeleceria, pela eternidade. Já aos degenerados humanos, o que se afigura um déspota lhes almeja males infinitos, estipulando o expressional desaparecimento destes.

Findam-se imposições de Zeus providas do cumprir e descumprir de seus mandatos, por ele próprio. A Prometeu acaba enviando seu filho Hércules para libertá-lo, com sua aquiescência dada em prol do reconhecimento de seu filho, além de preterir as indulgências acometidas por Prometeu. No caso do homem já não se desfruta da mesma graça, pois Zeus os quer inexistentes. Tal senhorio ordena a Hefesto a confecção de uma mulher ideal, essencialmente irresistível, na qual são acrescentadas características fascinantes de cada um dos deuses do Olimpo. Esta, ao final, recebe o nome de Pandora, posto pelo mensageiro dos deuses, ao conceder-lhe o dom da palavra. Hermes é incumbido de ofertar o presente dos imortais a Epimeteu, o qual não premedita suas ações, surtindo de imediato no aceitar – embora lhe houvesse Prometeu já antecipado a possibilidade da vinda de presentes de Zeus, em relação aos quais ele reforça a precaução a Epimeteu de nunca os aceitar. A aparentemente inofensiva mulher enviada ao que pensa depois da ação carregava consigo uma caixa que fora referenciada como uma benesse de núpcias aos dois.

Pandora, aceita por Epimeteu, a quem foi oferecida com um fim apenas, o de expô-la à raça humana por intermédio daqueles possuidores do contato direto a essa criação, regeria a função para a qual fora criada. Mandada por Zeus, sua existência se constitui para o cumprimento da restituição do orgulho do pai dos deuses, exercendo para isto o desgraçar da humanidade. Ainda longe da fadiga e ao abrigo do mal a raça humana se encontrava, até o momento de, por um ato de curiosidade feminina, todas as desgraças aos mortais, garantidas por Prometeu ao precavidamente alojar todos os males do mundo numa caixa, se evadirem ao mundo pelas mãos de Pandora no abrir daquilo que nunca deveria ser aberto. Considerando essa existência de sofrimento promovida pelo feito de Pandora, faz-se incompreensível à perpetuidade do ser humano o submetimento ao tormento eterno. No entanto, chama-nos atenção uma evidência: no conteúdo da caixa havia o culpado pela conformação; na evadida fora exilada pelo prudente Prometeu a enganosa esperança, liberta juntamente aos demais males. Em outra versão a vivência humana se dá sem interrupções do próprio sofredor. Prometeu queda-se angustiado ao visualizar a vigência da desistência à vida acometendo os

homens, vê-os pondo-se a esperar ao lado de suas covas pela morte, pois sabiam da proximidade do alívio para o existir. Ante a essas ocorrências o protetor dos renegados os concede o dom do esquecimento. A partir de então estes continuaram a reconhecer que há o término da vida, mas lhes desconfigurou a noção de sua proximidade.<sup>10</sup>

Apropriando-nos destas duas versões frutos de poetas distintos<sup>11</sup>, nota-se a necessidade de expor duas noções humanas: são reconhecidas destas exhibições distintas, no que ora importa, apenas similaridades, pois há na verdade tanto uma indistinção evidente entre elas, devido à necessidade humana de dar atribuições a tudo quanto faltar-lhes imediatas explicações, e completando a mesma ação, no que tange a tentativa de escapar da possibilidade do nada. A similaridade de sentido entre ambos se faz na igual pretensão de fornecer motivos pelos quais o indivíduo da idade de ferro persiste no coexistir com a dor e o sofrimento. Tanto a esperança trancafiada na caixa por Prometeu e liberta por Pandora, quanto o esquecimento demandado aos homens pelo titã são determinados pelo mesmo salto à origem, a fuga da noção de ser perfeito de males proeminentes no realizar do existir, insurgidos da origem: o caos. Ou seja, o existir apenas se torna suportável ao desvincular-se de si, acabando por se ludibriar decretando o não pertencimento a nada possivelmente gerador do mal que lhe ronda, para evitar se deparar com o fruto do nada<sup>12</sup>, o originário caos intrínseco ao ser humano.

Designando-se nessa evitação da culminância do seguir daquele que é representado por suas ações, o associado no dizer do nome e louvar da imagem como a representação da plenitude do bem, quem deve ser cultuado por suas criações tornando irrelevante aquilo sob o que triunfa a criação e, portanto, aquele formado a sua imagem e semelhança deverá se virtuar conforme suas instituições, Deus – o que nunca erra, portanto, aquele a que o mal não inflige. (Anteriormente usado para o mesmo fim, a imagem de deus atua apenas como uma

<sup>10</sup> Versão usada por Safranski em: *El mal, o el drama de la libertad* (2000).

<sup>11</sup> Os dois poetas transviaram-se nos principais responsáveis, graças ao conteúdo de seus escritos, das convicções doutrinadoras da mitologia Grega. Tais foram Hesíodo e Homero.

<sup>12</sup> Esse nada se assemelha em muito ao conceito de angústia em HEIDEGGER, *Ser e Tempo*, §40. Cf. também WERLE, Marco Aurélio. *A angústia, o nada e a morte em Heidegger*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732003000100004>. Acesso em 30/04/2014. Não é um nada absoluto, do qual nada surgiria, mas, na verdade, uma retirada das coisas em geral de seu caráter determinado, nomeado, de tal forma que a indeterminação de tudo, tanto do homem quanto dos entes em geral, se torne imperiosa e a perdição se instaure obrigando ao homem encarar-se como ser não determinado sempre em vias de se determinar, mas nunca se determinando completamente. Isso o faz sentir-se incompleto e, por se relacionar com o mundo a partir de sua incompletude, o faz sentir o mundo incompleto. “O angustiar-se abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo” (HEIDEGGER, 2005, p. 251), ou seja, o mundo em sua indeterminação fundamental.

representação na atual abordagem, sendo efetivada no tópico seguinte. Ainda, esta fora introduzida de forma a aproveitar uma concepção religiosa contemporânea com mesmo teor do verificado no mito de Pandora, tornando-o mais palpável). E no que compete à assimilação de serem os Deuses do olimpo reflexo do poder e instituição à qual os Gregos deveriam se assemelhar, sendo dever destes os engrandecer, é sua apropriação de Zeus e tudo o que ele perfaz como enlaçado pelo *Lógos*, sendo assim, os pertencentes à crença em tal deus, o Caos lhes era destemido, pois Zeus representava o triunfo sobre o Caos.

## 2.2. MANIFESTO DO CRER: CRISTIANISMO

Seguindo do já desvendado intento humano de desvincular-se da possibilidade do caos, do desordenamento lícito, apontado na mitologia Grega, iniciar-se-á já, sabendo ser este fruto da mesma vontade, a manifestação da fé vivenciada no presente cotidiano ocidental, resistente aos nunca desistentes abalos da razão, e a segunda abertura ao mal feita por Safranski, a mitologia Cristã.

Que o mundo está no mal é uma queixa tão antiga como a história, e até como a arte poética, ainda mais antiga, sim, igualmente vetusta como a mais antiga de todas as poesias, a religião sacerdotal. No entanto, todos fazem começar o mundo pelo bem: pela Idade de Ouro, pela vida no paraíso, ou por uma vida ainda mais afortunada, em comunidade com os seres celestes. Mas depressa deixam esta ventura esvanecer-se como um sonho; e apressam então, com declive acelerado, a queda no mal (no moral, com o qual sempre andou a par o mal físico) para a desgraça, de maneira que agora (mas este agora é tão antigo quanto a história) vivemos no tempo derradeiro, o último dia e o declínio do mundo estão à porta [...] (KANT, 2008, p.25).

Comecemos então pelo bem: O desenvolvimento do homem, após o relatar da citação precedente sobre seu aparecer no mundo no mito da criação, na bíblia se dá através – assim como na mitologia Grega – de outro vislumbrar dirigido ao homem por sua sensibilidade, o mito da árvore do conhecimento, o qual culmina com a expulsão do paraíso.

É-nos pertinente, antes de atentar ao livro incorporado pelo cristianismo, pensarmos em como seria se nós tentássemos, ao depararmos-nos com uma necessidade do espírito<sup>13</sup> de libertação daquilo que nos aflige, ou mesmo uma resistência existencial de cativar a possibilidade do nada – algo, na verdade, presente no deparar com a realidade do ser humano – , nos abstraíndo de nosso tempo já indagado de respostas àquele ainda encoberto pela ciência do espontâneo, na qual valoriza-se o fluir resultante do contato deste, dito cujo, ser sedento por conhecimento com a realidade imaculada de incompreensões, possibilitado, graças a ainda perfazerem-se, estes seres pensantes, moralmente de uma considerável isenção do empreender inerente de verdades desenraizáveis – antepostas a tudo quanto nos é apresentado; passivas a simbolicamente serem assumidas como um efeito colateral gradativo do uso abusivo da vontade de conhecer – , dispensador de legitimação por nós hoje postas como ratificadoras de nossas convicções, quando o pensar vai ao adentrar de nossa origem. Imaginai-vos frente ao desconhecido, vedes que podeis começar a crer em algo que justifique os pesares de nossas vivências, para dar aos que nos cercam ânimo perante a uma vida que inexplicavelmente causa a todos sofrimento. Pondo-nos envolvidos por estas suposições, caminhemos ao desbravamento da manifestação do crer, mãe de nossa cultura contemporânea.

Seja como for, o ponto de partida da história milenar não é a criação, mas a posição do homem no cosmos. Uma história da criação se antepõe a esta posição apenas por ela e para ela. Antes e depois dela, porém, o que temos é sempre o mesmo: o homem. Temos o homem e sua necessidade de resolver o impasse posto pela solidão característica a um ser que não se sabe, isto é, que não tem a medida de si mesmo, da mesma forma em que é possível falar da medida da pedra: proporção, consistência, peso, massa etc. (TAVARES, 2012, p. 21).

Num mundo criado por um Deus onisciente e onnipresente cuja índole é representadora do bem último, a qual deve nos servir de espelho, é atilado do barro o primeiro ser humano, Adão, feito por Deus à sua imagem e semelhança. Mas no que se assemelhava à imagem de seu criador, se diferenciava da consciência deste, pois o homem posto a viver no jardim do Éden, também criado por Deus, conhecedor de nada era. Deus, sim tinha-o feito com consciência, mas não ousara instigar a capacidade deste ser pensante com a vontade de

---

<sup>13</sup> A palavra espírito aqui utilizada não compreende o significado ao qual é contemporaneamente associado, mas sim aquele atribuído pelos filósofos antigos: tinha por finalidade fazer menção ao intelecto; espírito denotava o que hoje chamamos de mente.

conhecer. Diz-se ter sido, neste jardim, apenas, o homem detentor do livre arbítrio pleno, sem restrições e condições. E quando pensado o motivo de somente lá termos podido tudo que queríamos, segundo o livro narrado ao ouvir do próprio Deus, está na alegação de o primeiro patriarca do gênero humano, ao contrário de nós, ser perfeito da ingênua inocência. Posto que o criador dessa espécie assinalara ao homem poder comer de todas as árvores ali existentes no jardim menos a que se encontrava no meio do paraíso, a árvore do conhecimento do bem e do mal, afirmar inocência e liberdade já não seria possível. Feita a restrição fizera-se o homem automaticamente conhecedor do bem e do mal, o que lhe fosse lícito era alcançável e bom, visto aos olhos de Deus, e o maldito a ele – o que não deveria comer – era-lhe, pois, mau.

E plantou o SENHOR Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado.

Do solo fez o SENHOR Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal. [...] Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar. E o SENHOR Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás (Gênesis, 2:8-17).

O mandato fora posto em voga. Mas o que daí sucederia, caso fosse infligida a ordem divina, não está, deixemos isto claro, propriamente na seriedade da possibilidade de o homem se fazer conhecedor do bem e do mal, pois noção esta o homem enquanto ser pensante já havia atrelado a si, o perigo real estava no poderio desta transgressão. A partir então de comido o fruto da árvore proibida o homem não mais alcançaria todo o desejado, queria mais. Pois o mal não está no conhecimento e sim na vontade de conhecer.

É como se fosse dito: “Não podes conhecer, mas deves querer conhecer!”. Não pode conhecer definitivamente, porque a um ser finito é vedado o infinito, mas deve querer conhecer aquilo que lhe é possível conhecer: o finito, o determinado, o definido e assim por diante (TAVARES, 2012, p. 20).

Quedar-se-á, com o exposto acima, o estado paradisíaco apontado em Safranski através de uma crítica feita por Santo Agostinho ao pensamento antigo: “Ali o Homem não podia tudo;

mas tampouco queria tudo, e assim podia tudo o que queria. Quando o poder e o querer tem o mesmo alcance também o limitado pode ser perfeito.” (SAFRANSKI, 2000, pp.32-33).

Este plano paradisíaco entra em colapso quando a lei divina é violada. O que não ocorrera pelas mãos do homem em questão, mas de sua mulher, – a simples razão para, igualmente à mitologia Grega, a mulher ser o foco da eclosão dos males do mundo, se faz graças a uma simples característica dos feitores dos livros excitadores dessas histórias: todos são do gênero masculino; mas isto é assunto a ser tratado noutra lugar – feita de sua costela por Deus. Fica claro o iminente decorrer desta ação do homem: a necessidade do criador de tudo o que perfaz o ser humano, inclusive o próprio, de desprovê-lo do existir em tal Jardim, considerando que este se regia pelo prezar do Senhor a dita inocência desta criação semelhante a si, por ser essa sua ainda posta como desconhecida, por si mesmo, característica. Pois seria, inimaginavelmente, em sua criação que a divindade veria sua verdadeira face, inusitadamente nesta se depararia com seu espelho – sendo este como o homem, por ser seu criador, fruto daquilo que produz, já que sob o que triunfa a criação é o nada; destarte o realizado transfigura o realizador - e encontraria aquilo que negaria e imputaria ao gênero humano, segundo a bíblia, até mesmo depois do dilúvio na época de Noé.

Agora o que de mais próximo existia de Deus ameaçava a cada ação superar suas expectativas transparecidas através de suas proibições, tentando chegar a ser como tal, soberano sobre tudo o que há. Não mais o limitado lhe bastaria, já que sua vontade de conhecer instigadora da liberdade se manifestaria a partir de então ante a suas ações. Prevê-se, portanto, assim como fora previsto por Deus, que o próximo ato deste ser virtuoso de suas presentes vontades atentaria ao desbravar do sentido de sua outra inibição, ou seja, comeria também do fruto da árvore da vida. Se o fizesse, sabia Deus que este não só teria o anseio igualmente ao seu de saber tudo o que ambos podem, mas que também o intentaria eternamente, pois se transviaria em imortal.

Fora, através do erro cometido e sonogado pelo homem nomeado como O Pecado Original, o gerador da expulsão do jardim do Éden, ato este realizado pelo *summum bonum* e cordial senhor de Israel, o irrepreensível, como seu indubitável maior ato de amor ao *homo*. Delegamos à dita ação o posto de compaixão suprema por se tratar de um ato do mais humilde tendo em vista seu feitor, aquele que por vezes perguntamos o motivo de ter-nos abandonado

num mundo revestido de sofrimento, conhecendo seu próprio sofrimento eterno, evitar que nos desgraçassemos ainda mais, pois se lá continuássemos, não só a vontade perturbadora de conhecer além de nossas capacidades nos afligiria, no mais esta residiria em nós numa vida sem morte, seríamos como tal condenados à eternidade. Essa condenação, a mais terrível possível, no que não se descreve a existência de nenhuma árvore sagrada para o aplacar desse afã por conhecer ou para a geração de tanta capacidade de pensar, de investigar o que quer que seja quanto a vontade de conhecer. A expulsão aponta para duas salvaçãoes desse estado de querer conhecer além do que se pode conhecer eterno: o homem passa a ser obrigado ao não desfrutar de dias ociosos e sim ao ocupa-los com a tarefa de alimentar-se, tendo, assim, menos tempo para preocupar-se com o conhecimento que não seja prático, ou seja, o conhecimento de como garantir a comida do dia; e, além disso, o próprio trabalho cansará seu corpo a tal ponto que a morte se aproxime mais rapidamente, livrando-o de seu querer hiperbólico.

Sabendo, aquele a que tudo alcança, por meio não do erro do homem, mas desatinado pelo não reconhecimento de sua criatura ao seu erro alegando-lhe ter sido corrompido pela fêmea que o senhor mesmo criara para ele, o qual, para além de não respeitar suas ordens, errando ou, como lido pelo cristianismo, evocando ao mundo o que seria a penitência eterna do gênero humano, o mal, este não assume suas ações, residindo aí a “inclinação para o mal propriamente dito, isto é, para o mal moral (KANT, 2008, p. 35).

Disse mais o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea.

[...] Então, o SENHOR Deus fez cair pesado sono sobre o homem, e este adormeceu; tomou uma das suas costelas e fechou o lugar com carne.  
 E a costela que o SENHOR Deus tomara ao homem, transformou-a numa mulher e lha trouxe.  
 E disse o homem: Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada.  
 Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne.  
 Ora, um e outro, o homem e sua mulher, estavam nus e não se envergonhavam.  
 Mas a serpente, mais sagaz que todos os animais selváticos que o SENHOR Deus tinha feito, disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim?  
 Respondeu-lhe a mulher: Do fruto das árvores do jardim podemos comer, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Dele não comereis, nem tocareis nele, para que não morrais.  
 Então, a serpente disse à mulher: É certo que não morreréis.  
 Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal.

Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e ele comeu.

Abriram-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram cintas para si.

Quando ouviram a voz do SENHOR Deus, que andava no jardim pela viração do dia, esconderam-se da presença do SENHOR Deus, o homem e sua mulher, por entre as árvores do jardim.

E chamou o SENHOR Deus ao homem e lhe perguntou: Onde estás?

Ele respondeu: Ouvi a tua voz no jardim, e, porque estava nu, tive medo, e me escondi.

Perguntou-lhe Deus: Quem te fez saber que estavas nu? Comeste da árvore de que te ordenei que não comesses?

Então, disse o homem: A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi.

Disse o SENHOR Deus à mulher: Que é isso que fizeste? Respondeu a mulher: A serpente me enganou, e eu comi.

Então, o SENHOR Deus disse à serpente: Visto que isso fizeste, maldita és entre todos os animais domésticos e o és entre todos os animais selváticos; rastejarás sobre o teu ventre e comerás pó todos os dias da tua vida.

Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.

E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás à luz filhos; o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará.

E a Adão disse: Visto que atendeste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida.

Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo.

No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás.

E deu o homem o nome de Eva a sua mulher, por ser a mãe de todos os seres humanos.

Fez o SENHOR Deus vestimenta de peles para Adão e sua mulher e os vestiu.

Então, disse o SENHOR Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal; assim, que não estenda a mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente.

O SENHOR Deus, por isso, o lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado (Gênesis, 2:18-23).

Não ter assumido a consecução do mal torna a expulsão do Paraíso ainda mais penosa para o homem: ele se considera inocente. Há, mesmo no assim fundamentado mito explicativo para o surgimento do mal, uma incompreensão e um desespero, impondo ao homem o encarar do mal como algo gratuito, algo que não lhe deveria acontecer, mas acontece. Ele não consegue assumir quem é e o peso de viver a vida que lhe cabe. Adão culpa Eva, Eva culpa a serpente e esta reside no não comportamento de nenhuma culpa, pois não mente, restando o próprio Deus no abraçar da culpa pelo engendramento do mal.

Não há negar possível para o mal, ele existe. Ao homem assemelha-se, no entanto, tão estranho que não consegue a coragem de assumi-lo. Ele se insurge na busca por livramento disso que o persegue sem que dele seja sabido o motivo; ele precisa de um modo de se livrar do mal, dele precisa ser extirpado o mal como se fora um intruso, como se fora uma infecção. De posse da convicção do existir do mal não se pode aludir a uma fuga eficaz, vislumbrar-se-á

nesse sentido uma solução paradigmática para todos nós: alguém tem de assumir o mal em lugar do homem. E esse alguém não pode ser escolhido em clara consciência, mas nos mistérios das decisões do fazer história do homem, escolhe-se quem mais sentido faz, escolhe-se o único culpado: Deus. Entretanto, o próprio Deus, na figura do criador e alçoz da lei não convém assumir qualquer culpa, dada sua majestade irretocável. Sem sabê-lo ainda o homem no escrever de sua história sagrada estabelece como culpa a ação premeditada da consecução do mal no mundo levada a termo precisamente por Deus. Sua não sapiência ainda se ajunta a sua não coragem de discernir o mal que há nele, o mal que é ele. Nesse sentido, temos a saída mirabolante: o homem assume o mal que é dele, que há nele, que é ele, mas não enquanto homem, sim enquanto Deus, na figura do escolhido: Cristo; Deus assume a culpa pelo mal que é do homem, que há no homem, que é o homem, mas não enquanto Deus, sim enquanto um filho humano: o crucificado. Na escolha de um outro, ambos, o homem e Deus, se põem na desistência de se fazer assumir o mal do homem, o mal do mundo, no atribuir deslavado da função de recepção, assunção e culpa do mal a quem nem é humano nem é Deus, mas é, no seu fazer-se por concepção estranha sem o sexo que a todos traz à luz, um pouco dos dois. Essa saída já estava à mão, pois está na coleção pelos hebreus escrita intitulada Antigo Testamento, cuja doutrina e propagação se deve à desde imemorial tempo chamada religião judaica; e não na pelos judeus já helenizados e em grego escrita a que se chama de Novo Testamento, fundadora da concepção de mundo ainda em voga no proceder e agir dos homens do ocidente por nós conhecida como cristianismo. “Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, e o governo está sobre os seus ombros. E ele será chamado Maravilhoso Conselheiro, Deus Poderoso, Pai Eterno, Príncipe da Paz” (Isaias, 9:6).

O peso do mal, na interpretação do Antigo Testamento engendrou no próprio texto uma válvula de escape. Esta, no entanto, teve de se configurar já numa outra estrutura de realidade e noutro texto. O sacrifício divino-humano já há muito abolido se reinstaura no alívio do peso de carregar um mal que não se assume. Naturalmente, o mal não se evapora até aos céus com o ofertado em holocausto, mas ele deixa de ser hereditário. Proceda daí o surgimento de uma nova humanidade agora fincada na capacidade de toda nova de poder conviver com o mal sem a fustigante e desesperante presença da mesmo que fraca necessidade de assumi-lo como seu, porque se o mal ainda acontece junto ao que é humano, o humano mesmo já está perdoado. Eis que ante ao ainda resistente às investidas do homem que chamamos de mal, surge uma nova

face, uma já muito distante de qualquer semelhança ao homem para ele se reconhecer, um alheio todo avesso chamado o “dito cujo” ou, mais no feitiço do medo de todos nós, demônio. Esta é a saída explicativa para o mal depois de o sacrifício de Jesus já ter sido feito. Em que ele, como cordeiro servil assume a responsabilidade e a culpa do mal, livrando tanto o homem quanto Deus. O homem se descumpra da obrigação de carregar sobre si o fardo da sobra de qualquer necessidade de assumir o mal. Sua falha fatal incutidora do mal no mundo fica doravante abonada. Então onde colocar a responsabilidade pelo mal? Ora, no demônio, na crença num mal “encarnado”, “[...] numa personificação do Mal – uma personificação que existe de fato como pessoa” (KELLY, 2008, p.10). A crença no mal configurado na ameaça constante e aterrorizante de uma entidade retira do homem definitivamente a necessidade de assumir o mal que é ele. No agir mal constante do homem apresenta-se o demônio na sua força de posse sobre as vontades e único culpado pela ação. Ao homem cabe na sua fragilidade de ignorante e inocente apenas o descuido da porta aberta para a invasão corrosiva do demônio. O sacrifício de Jesus, “crucificado por todo o universo visível” (AGOSTINHO apud BROWN, 2007, p. 63), expõe o demônio, vivente livre de restrições no mundano espaço de todos nós, tal qual passa a ser: o mal de cada um sem ser ele mesmo coisa nenhuma. Não que já de longa data não se tivesse falado de pés maldosos vagantes pelos territórios humanos, pois já no Antigo Testamento ele se evadia pela terra, a questão aqui é que apenas agora ele assume o papel de comportar o mal em si, livrando o homem de qualquer responsabilidade sobre ele<sup>14</sup>. De acordo com Kelly, aliás, “[...] o único diabo verdadeiro é o diabo cristão” (2008, p. 13). E cabe notar que, assim como o Cristo morre em corpo, eliminando o mal hereditário, mas vive em alma, criando esperança no além-mundo, também o mal capitaneado pelo demônio tem sua morada mais preferida no corpo, pois “conheci minha alma e o corpo que nela se assenta sabendo que são inimigos desde a criação dos mundos” (AGOSTINHO apud BROWN, 2007, p. 60).

Sobra para os séculos de todas as peripécias descritas uma bruma levemente cinza de responsabilidade frente ao mal, mas ela vai se dissipando na medida mesma das certezas dos agentes beneficiados pelo sacrifício na inscrição de suas doutrinas construídas sobre a grande vantagem de jogar toda a culpa e toda assunção do mal numa tumba, cujos restos mortais evaporaram pelos ares levando consigo qualquer vestígio de que o homem e Deus são maus. O nome dessas certezas doutrinárias é cristianismo.

---

<sup>14</sup> Cf. KELLY, 2008, pp. 8 e segs.

Quando se instaura finalmente a fé que vai guiar o ocidente por séculos ficamos diante do paradoxo de o homem não ter mais o mal como hereditário e, assim, ter a possibilidade de encarar o mal como “coisa sua”, ou seja, como sendo seu, de sua responsabilidade; no entanto, o surgimento de um “sem face” todo feito de mal com muita força retrai para si o desresponsabilizar do homem pelo mal. Abre-se aí, mesmo assim, o caminho para a assunção do mal do *homo*, pois este é “humano, demasiado humano”.<sup>15</sup> Resta-nos saber uma coisa: se o homem finalmente assumir o mal, como ele o fará?

Relatada a primeira situação do protótipo de Deus no mundo e ainda reafirmada com a passagem, relativa à leitura comentada precedente, do livro ditador dessa história, prossigamos já cientes do que findamos para adiante não mais atrelarmo-nos a heranças engendradoras de nossas mais contemporâneas suposições.

Antes de lançar-vos espiritualmente ao 2º capítulo num lapso que abalou toda a constituição de nosso mundo egocentricamente assumido por mundo das essências<sup>16</sup>, fizemo-nos desejosos por deixa-lhes a pensar acerca de uma sacada metafórica: visualizou-se que uma das válvulas de escape do homem (gênero) às suas angústias que majoritariamente aconteciam graças a seus próprios erros era o de livrar-se de sua responsabilidade sob suas ações ao alegar terem sido estas induzidas por outrem. Evidentemente, tanto na mitologia Grega, quanto na Cristã, este outrem distingue-se por compor o gênero feminino. Como princípio de toda esta pesquisa desde o início deixamos transparente que nossa intenção não está em exaltar qualquer convicção pessoal, e sim efetuar uma leitura capaz de os propiciar entendimentos plenos desprovidos de verdades assumidas sem questionamento próprio. Sabendo disso inteiro-lhes em uma conclusão individual que envolve o involuntário<sup>17</sup> assumir da mulher ao longo da história da culpa pelas desgraças vivenciadas pela humanidade, englobando o conteúdo referente aos próximos capítulos, onde se situa a Hannah Arendt. Finalmente, digo-lhes, sendo visível na própria bíblia que esta constitui-se por autoria unicamente masculina, fica claro que o mais imediato recurso ao desresponsabilizar do homem sobre o erro Humano fez-se na mulher. Partindo desta conclusão, como contraposição surge alguém que virá com a finalidade de explicar o sentido do mal no contemporâneo, ser o qual não poderia integrar senão aquele

---

<sup>15</sup> Cf. NIETZSCHE, 1996.

<sup>16</sup> Cf. PLATÃO, *A República*, livro 10.

<sup>17</sup>Embora a mulher também reproduza a assunção da culpa de caráter religioso pelas mazelas do mundo, ela assim o faz por imposição masculina, pois a ordenação da doutrina assim como a escritura dos textos sagrados foi tarefa masculina.

gênero marginalizado através das crenças, uma mulher: Hannah Arendt que, igualmente a Zaratustra, destina-se a “consertar” a história.

### **3. O ADVENTO DA MÁQUINA GOVERNAMENTAL TOTALITÁRIA**

Evanescidos da enganosa esperança<sup>18</sup> damos continuidade ao transparecer das apreensões inamovíveis quando a vontade do conhecer assume a responsabilidade de reconhecer também aquilo que reside sob o compreender de um conceito sem vincular a este pré-indagações. No referente ao desenvolvimento do presente projeto partimos pois aliciados pelos mesmos sentimentos, impulsionadores desta atual abordagem já iniciada, indagada como “O advento da máquina governamental totalitária”. Portanto, a fim de os municiar de uma vantagem quanto ao conteúdo de nossas pretensões, vos digo que será através dessa segunda abertura que intentaremos destrinchar uma situação gerada do conflito iminente ao cativar das vontades humanas: o acontecimento histórico instigador de nossas mais perturbadoras e insaciáveis perguntas, originador e mais, evidenciado como a vontade sobre a qual se debruça essa pesquisa, o movimento totalitário, especificamente o totalitarismo de Hitler, donde surge o conceito arenditiano do mal.

Mas entendamos que não viemos por meio deste texto nos dispor a tratar a historicidade de fatos ocorridos no nazismo. Não, nos faremos sim em meio ao campo histórico fundamental para nos situarmos, porém sob nossa interpretação residirá o que metaforicamente podemos chamar de uma peneira, a qual se portará de brechas das quais fluirão percepções abrangidas num contexto de total esquecimento da moral, conceituado por Kant como Mal Radical.

### 3.1. UMA PAIXÃO TOTALITÁRIA

O homem (inclusive o pior), seja em que máximas for, não renuncia à lei moral, por assim dizer, rebelando-se (com recusa da obediência). Pelo contrário, a lei moral impõe-se-lhe irresistivelmente por força da sua disposição moral; e, se nenhum outro móbil actuasse em sentido contrário, ele admiti-la-ia na sua máxima suprema como motivo determinante suficiente do arbítrio, i.e., seria moralmente bom. Mas ele depende também, em virtude da sua disposição natural igualmente inocente, de móveis da sensibilidade e acolhe-os outrossim na sua máxima (de acordo com o princípio subjectivo do amor de si). Se, porém, admitisse tais móveis na sua máxima como suficientes por si sós para a determinação do arbítrio, sem se virar para a lei moral (que, no entanto, em si tem), então seria moralmente mau. Ora uma vez que ele acolhe de modo natural ambas as coisas na sua máxima, uma vez que acharia também cada uma por si, se estivesse só, suficiente para a determinação da vontade, assim, se a diferença das máximas dependesse simplesmente da diferença dos motivos (da matéria das máximas), a saber, de se é a lei, ou o impulso dos sentidos, o que proporciona tal móbil, então o homem seria ao mesmo tempo moralmente bom e

---

<sup>18</sup> Já na mitologia grega imputada como responsável por ludibriosamente nos instigar ao eterno intentar carente por êxitos, devido à crença quanto ao resultado gerado de vosso subtrair da exposição, desvinculada de comprometimento, a verdades sem fundamento impostas a nós involuntariamente, feita no 1º capítulo acerca do significado do valor mal, de nossa autonomia.

moralmente mau – o que (segundo a introdução) se contradiz. Portanto, a diferença de se o homem é bom ou mau deve residir, não na diferença dos móveis, que ele acolhe na sua máxima (não na sua matéria), mas na subordinação (forma da máxima): de qual dos dois (móveis ele transforma em condição do outro. Por conseguinte, o homem (inclusive o melhor) só é mau em virtude de inverter a ordem moral dos motivos, ao perfilhá-los nas suas máximas: acolhe decerto nelas a lei moral juntamente com a do amor de si; porém, em virtude de perceber que uma não pode subsistir ao lado da outra, mas uma deve estar subordinada à outra como à sua condição suprema, o homem faz dos móveis do amor de si e das inclinações deste a condição do seguimento da lei moral, quando, pelo contrário, é a última que, enquanto condição suprema da satisfação do primeiro, se deveria admitir como motivo único na máxima universal do arbítrio. (KANT, p.42)

Após havermos proporcionado de antemão o esclarecimento kantiano acerca do que resulta quando as paixões ocupam-se por determinar o rumo de nossas ações, sobrepondo-se à lei moral, podemos declararmo-nos aptos a trilhar a adentrada no movimento totalitário que se dará por intermédio daquele que indubitavelmente imortalizou-se como o único total conhecedor desta irreproduzível realidade moralmente independente: o protagonista de nossa história transviou-se, enquanto o senhor deus de Israel é tudo, o fenômeno a que tudo alcança, no todo; dando vida aos clamores de um personagem de Dostoiévski: “Se deus não existe, tudo é permitido”<sup>19</sup>; incluindo ocupar o seu posto<sup>20</sup>; nos referimos ao autoconsagrado Senhor de tudo o que há enquanto puramente Alemão, Hitler.

Comecemos pelo gerado após a 1º guerra mundial, o fracasso e a assumida como humilhação de todo um país: a Alemanha. Mas o que nada poderia prever fora o resultado desta perda, algo inimaginavelmente devastador e que até hoje nos deixa perplexos, o poder de uma

---

<sup>19</sup> Esta fórmula bastante conhecida não aparece na obra *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski, desse modo. Ela resume uma passagem famosa do livro: “[...] ele (Ivan Fiodorovitch Karamazov) declarou em tom solene que em toda a face da terra não existe absolutamente nada que obrigue os homens a amarem seus semelhantes, que essa lei da natureza, que reza que o homem ame a humanidade, não existe em absoluto e que, se até hoje existiu o amor na Terra, este não se deveu a lei natural mas tão-só ao fato de que os homens acreditavam na própria imortalidade. Ivan Fiodorovitch acrescentou, entre parenteses, que é nisso que consiste toda a lei natural, de sorte que, destruindo-se nos homens a fé em sua imortalidade, neles se exaure de imediato não só o amor como também toda e qualquer força para que continue a vida no mundo. E mais: então não haverá mais nada amoral, **tudo será permitido**, até a antropofagia. Mas isso ainda é pouco, ele concluiu afirmando que, para cada indivíduo particular, por exemplo, como nós aqui, que não acredita em Deus nem na própria imortalidade, a lei moral da natureza deve ser imediatamente convertida no oposto total da lei religiosa anterior, e que o egoísmo, chegando até ao crime, não só deve ser permitido ao homem mas até mesmo reconhecido como a saída indispensável, a mais racional e quase a mais nobre para a situação” (DOSTOIÉVSKI, *Os Irmãos Karamázov*, São Paulo: Ed. 34, 2008. pp. 109-110).

<sup>20</sup> Posto este de fundamentador de verdades. Pois, aos crentes em Deus a realidade se constitui a partir do determinado por ele como bom e, portanto, merecedor de após uma vida condenada ao sofrimento ingressar após a morte numa eternidade no paraíso, e mau, sendo os reconhecidos por levar uma vida dedicada a efetua-lo lançados a sofrer por seus pecados infundavelmente. Assim como no totalitarismo de Hitler, onde os Judeus ocupavam involuntariamente o papel de pecadores desde o berço e os reconhecidos pelo totalitário como portadores das características arianas – denominação dada por Hitler aos pertencentes à raça pura alemã, a qual se fazia perfeita em prol do exercer pleno do progresso da humanidade e aquela que propiciaria a realização de sua ideologia movida pelo desejo de mudar a natureza humana – sempre bons.

paixão tal capaz de atrelar o reconhecimento de um país. O motivo dessa adesão não comporta a abordagem intencionada neste tópico, porém na próxima esta apropriação popular – o popular alemão, a massa – não só será essencial como pairará sobre tudo quanto for indagado.

Desde já tomemos da noção de que assim como os típicos telespectadores de novelas ou séries devemos gretar-nos a uma deslocada realidade - no entanto esta não se faz em meio a fantasias - entorpecida pela paixão de um líder. Ao contrário de seus apropriadores este em nenhum âmbito constituía-se alheio e volátil, de forma totalmente contrária, tamanha era a determinação de suas noções regentes de suas vontades que foram capazes de atrelar a elas inúmeros seres potencialmente independentes, feitos dependentes. Hitler, o líder totalitário, provedor desta realidade infratora da moral racional já em Kant, tinha suas ações definidas, como fora anteriormente citado.

Mas ele depende também, em virtude da sua disposição natural igualmente inocente, de móveis da sensibilidade e acolhe-os outrossim na sua máxima (de acordo com o princípio subjectivo do amor de si). Se, porém, admitisse tais móveis na sua máxima como suficientes por si sós para a determinação do arbítrio, sem se virar para a lei moral (que, no entanto, em si tem), então seria moralmente mau. (KANT, 2008, p.42)

Quando Kant dialoga acerca da moralidade esclarecendo onde verdadeiramente jaz seu vínculo – com a razão – ele intenciona desmistificar esta incumbência do agir racionalmente ser presidido pela obediência a lei moral. Sem dúvida o referido filósofo não se propõem a conceituar suas compreensões do agir, enquanto ser, a fim de articular seus entendimentos lançando-se ao questionar de serem ou não nossas ações involuntariamente delegadas pela lei moral. O desvio desta racionalidade moralmente perfeita, na verdade, vai de encontro com a natureza humana sensível, pois contrário à leitura Cristã do mal, debruçada sobre o afirmado pecado original, a possibilidade de errar moralmente não compõe uma condenação hereditária e sim engendra-se na vivência humana na qual ante as ações fruto desta haverá sempre a probabilidade de sobrepor as paixões a lei. No entanto, quando a sensibilidade sobrepõe-se à moralidade na influência de nossas determinações – situação tratada por Kant, na citação imediatamente anterior, a qual compunha a primeira colocação kantiana feita neste capítulo –, igualmente às escolhas dos ideais de Hitler, tais determinações não mais se aplicam à inocência quanto ao princípio que, tendo sido fomentado pela paixão apenas de si, tem por resultante um ato individual ignorando o impacto desta decisão.

Grosso modo, Hitler incorpora o mal, o mal radical. Pois, dá-se transparecida desde o princípio da leitura a importância deste conceito para nossas aqui feitas concepções, instigador – sendo a razão de neste nos atrelarmos como princípio – da obra posteriormente<sup>21</sup> gerada de Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, donde culmina no conceber de sua própria conceituação de seu visualizar daquela realidade: a *banalidade do mal*. Sendo assim, tendo-nos afirmado sobre a assimilação de Hitler fazer no compor característico ao mal radical, vos inquieto ao dizer que nossas induções não encontram seu fim provendo seu saciar nesta única colocação, para além, vos recupero um apontamento feito no 1º capítulo que inclui uma promessa: no agora cabe-nos atentar por sobre nossas capacidades de apreensão rumo à constatação não apenas de um reconhecimento, mas da ligação deste a outro de tamanha abrangência capaz de possibilitar inúmeros desfrutes, senão de não só em nossa personagem principal se reconhecer o claro conceber do mal radical e sim de este conceito engendrar o insinuado mal moral contraposto ao mal metafísico que no próximo tópico haverá de ser recuperado.

O apaixonadamente egocêntrico líder, ciente de seus deveres morais, – dada sua natureza racional – negligencia suas inclinações incondicionadas através de um ato que determinou não apenas seu próprio erro moral, mas o erro de toda uma nação, o qual fora moldado intencionando a adesão do comum, comum este inserido nas características por Hitler eleitas como a raça pura: ariana.

A legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiem a conduta individual. Aplica a lei diretamente à-humanida.de, sem atender à conduta dos homens. Espera que a lei da Natureza ou a lei da História, devidamente executada, engendre a humanidade como produto final; essa esperança - que está por trás da pretensão de governo global - é acalentada por todos os governos totalitários. A política totalitária afirma transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos somente passiva e relutantemente se submetem. (ARENDR, 2009, p.514)

A constatação deste erro moral, que se identifica, ao contrário de um simples desvio desproposital do agir racionalmente, por ter sido planejadamente exercido, nos leva ao entendimento de por quais vias se deu o movimento totalitário nazista. A ação imoral de antepor

---

<sup>21</sup> Posterior a sua primeira e grande obra: *As origens do totalitarismo*.

radicalmente seus anseios, inaplicáveis a realidade que lhe ronda, as leis atiladas pela moral racional – moral inerente ao ser humano que visa no resultar de nosso agir apenas ações que não interfiram na realidade de outrem, no mais, que a beneficie – numa situação historicamente perfeita e ainda aliciada por sua influência, atrelada a sua ocupação governamental, como identificado em Hitler, manifesta não só seu erro moral a sua vivência, mas deturpa o entendimento no que ronda os valores humanos de toda uma nação.

O totalitarismo induz as ações consideradas criminosas por muitos, por serem para este regime cruciais ao cumprimento da ideologia. “O que eles frequentemente engendram seriam pessoas incapazes de pensar por si mesmas e incapazes de compreender a imoralidade de suas ações, visto que tudo o que faziam era sancionado pela lei e apoiado pelo regime vigente.” (FRY, K. p.45). Tem-se, portanto, como resultado a transformação de determinado ato divergente a lei moral em algo banal dificultando a compreensão da imoralidade contida nestas ações.

Dá-se, portanto, uma paixão totalitária. Neste período não mais o regimento do lícito baseava-se na moralidade. As leis sancionadas na Alemanha Nazista de forma alguma intencionavam padronizarem-se as dos outros países, eram, pois, independentes, apoiavam-se somente no sancionar do que Hitler prezava como essencial alegado em seus discursos como condição pela qual se daria o reerguer da Alemanha há pouco humilhada na 1ª guerra mundial – o por Hitler aclamado como destino alemão. Portanto, torna-se fácil a compreensão do meio pelo qual massificou-se uma paixão fruto de apenas um ser, feito líder. Graças à condição Alemã juntamente ao poder de persuasão de Hitler deu-se a adesão de todo um povo de ideais massificáveis, ou seja, desprovidos de autenticidade política, a apreensão de poder exercer atos imorais como se fossem perfeitos de moralidade, por estes serem sancionados pela lei promovida pelo desgoverno totalitário, a realidade criada por um líder.

### 3.2. UMA APATIA TOTALITÁRIA

A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe. [...] Tanto a antiga apatia como a nova exigência de direção monopolística e ditatorial resultavam de uma filosofia para a qual o sucesso ou o fracasso do indivíduo em acirrada competição era o supremo objetivo, de tal modo

que o exercício dos deveres e responsabilidades do cidadão era tido com perda desnecessária do seu tempo e energia (ARENDDT, 2009. p.441).

Dando continuidade ao adentrar, respectivo a este capítulo, na conceituação filosófica do observar e interpretar de nossa realidade corrompida por erros, adotados ao longo da história da fé como a maldade fruto da raça humana, chegamos enfim ao ponto tema de nosso 3º capítulo e que juntamente ao mal radical – não apenas este vem ao seu lado, senão que surge deste – engendram duas classificações filosóficas dadas ao advento do mal: o mal moral e o metafísico. Anteriormente estes foram recuperados por ter sido no primeiro tópico o mal radical posto a caracterizar as atitudes de nossa personagem totalitária, sendo no agora o seu antes assumido como antagonico por Ferrater Mora (1964, p. 119 e segs.), o mal metafísico, a peça a qual nos guiará rumo ao desvendar desta situação, pois no agora nos debruçaremos através do ponto de vista daqueles que possibilitaram o cumprimento da ideologia radical de Hitler, o povo.

Do estudo de Hannah Arendt (1983) acerca da motivação pela qual deu-se a adesão do povo àquela ideologia nazista e sob o que ela repousava, esta melhor caracterizada como massa, gerou-se a conclusão nomeada por *banalidade do mal*. Porém no que diz respeito a este conceito para nós não encontra seu fim apenas nos desígnios de Arendt, assim como no conceito Kantiano do mal este compõe uma compreensão que abrange a distinção de tudo quanto filosófico sobre o mal, tal conceito portanto situamos aqui como uma vertente ao mal metafísico.

O mal é uma falta completa de realidade, é pura e simplesmente o não ser. [...] O mal é uma aparência, uma ilusão, um véu que impede o reconhecimento do bem, engendrado no ser. Na medida em que tal ilusão faz sua aparição esta é designada como possuidora de certa verdade ontológica (mesmo constituindo uma extrema pobreza)<sup>22</sup>. (MORA, 1964, v.2, p.120, tradução nossa).

Pois, o ingrediente final para o sucesso da receita totalitária estava no entestar da nação alemã, com sorte a de outras nações também, tomando para si verdades delegadas por uma paixão individual. Notemos que Hitler alcançara a realização de uma fantasia das mais

---

<sup>22</sup> O texto em língua estrangeira é: “El mal es una falta completa de realidade, es pura y simplemente el no ser. [...] El mal es una apariencia, una ilusión, un velo que impede la visión del bien, identificado com el ser. Em la medida em que tal ilusión o apariencia son interpretados como algo que posee uma certa realidade ontológica (aunque sea de una extrema pobreza)”.

fantasiosas comum a qualquer tirania, uma população passiva, uma massa obediente, uma maquinaria funcional que não levante questionamentos, tornando possível a superfluidade do ser humano como uma relés parte do bolo provedor do girar das engrenagens da ideologia. Sendo este campo de concentração ideológico regido pelo descalabro da moral, tudo quanto fosse benéfico ao ideal não importando a moral – como a chacina dos judeus, negros e ciganos – fazia-se presente nas ações cotidianas da massa inocentemente, pois a elas eram alegadas como ações heroicas em prol do bem maior da nação. À vista disso, o antes tido como um ato maldoso neste meio constituía o esperado, jazia então sobre as noções do poder daquela massa uma ilusão, uma falsa realidade, uma transvariação metafísica dos valores do bem e do mal. Dessa forma para nós a conceituação da *banalidade do mal* fruto da observação de Eichmann, uma exímia engrenagem da maquinaria totalitária, nada mais é que o reconhecimento do mal metafísico por, por sobre aquela realidade, pairar uma moral mutante não cabendo mais aos indivíduos – os situados na bolha nazista – a capacidade de eleger entre o bem e o mal por estes não mais proverem-se do poder do reconhecimento, pois a eles estes valores lhes apareciam transviados. O Mal já não se computava como uma possibilidade do fluir das vivencias racionais humanas dado pelo optar erroneamente, era-lhes pois imputado ao lhes aparecer mascarado de bem, surgindo daí a única real cabível personificação do diabo<sup>23</sup> no mundo, pelo menos no mundo cuja historicidade fora alcançada pelo *homo*.

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDRT, 2009, pp.438-439).

Dessarte atentemos a inquietarmos quanto a esta massa tomando-nos do saber de dela não estarmos resguardados, uma vez que sua existência não resultara de uma especificidade dada em determinada situação histórica já abrangida pelo desenvolvimento da potência

---

<sup>23</sup> Tanto o mal em questão aqui quanto a figura do diabo são metafísicos.

totalitária e tendo sido unicamente instigada por ela, pois muito pelo contrário, segundo Arendt em qualquer país faz-se presente esse aglomerado apático mantido na inércia jazendo em apenas um impulso dado por um líder persuasivo o suficiente para ditar o seu perigoso despertar.

Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim, quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria. (ARENDR, 2009, p.440).

#### **4. A BANALIZAÇÃO DOS VALORES HUMANOS**

Na consideração do emanado no segundo capítulo, permite-se que continuemos nossa investigação agora incitados a traçar uma relação entre as massas dispostas a seguir um caminho ditado seja pelo ditador propriamente dito, seja por outra figura qualquer que também dite os rumos das gentes, como a por nós compreendida sob a realidade de democracia, e a consecução da maldade sem apreço por ela, ou seja, a consecução da maldade pelo homem

comum ou “homem de bem”. Essa maldade só é possível quando essa massa não guarda nenhuma moral – esta entendida kantianamente, i. e., guiada pela racionalidade. Mas apenas o descuro com a razão e a ausência de moral não explicam um aspecto importante do mal vislumbrado por Arendt: a banalidade. É possível mesmo não seguindo a razão e, assim, não tendo apreço pela moral, agir com paixão e força vigorosa em nome de algum valor maior, como, por exemplo, os combatentes das guerras santas. Quanto a isso, a história está repleta de outros exemplos, de lutas, de guerras, de torturas horripilantes que hoje nos assustam. Elas foram levadas a seu termo em nome da sensibilidade<sup>24</sup>, muitas vezes, compreendida como o valor supremo anteposto à razão: de Deus, da fé, da liberdade etc. O que Arendt nota como novo, agora, é a maldade sendo realizada por quem não se presta ao serviço de nenhum desses valores. Assim essa maldade não se guia por nada superior, ou pretensamente superior, é maldade que se ordena e se cumpre completamente banalizada como mero dever burocrático. Com o escopo de compreendermos esse fenômeno, precisamos nos conchegar do conceito de niilismo que já por nós foi apontado na referência ao escritor russo Dostoievski. Nada obstante, veremos a via traçada por Nietzsche deste conceito, que descreve um fenômeno histórico, por meio do que ele chama de Morte de Deus.

*O homem louco*

– Não ouviram falar daquele homem louco que em plena manhã acendeu uma lanterna e correu ao mercado, e pôs-se a gritar incessantemente: “Procuro Deus! Procuro Deus!”?

– E como lá se encontrassem muitos daqueles que não criam em Deus, ele despertou com isso uma grande gargalhada. Então ele está perdido? perguntou um deles. Ele se perdeu como uma criança? disse outro.

Está se escondendo? Ele tem medo de nós? Embarcou em um navio? Emigrou? – gritavam e riam uns para os outros. O homem louco se lançou para o meio deles e trespassou-lhes o olhar.

“Para onde foi Deus?”, gritou ele,

“já lhes direi! *Nós o matamos* – vocês e eu. Somos todos seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos beber inteiramente o mar? Quem nos deu a esponja para apagar o horizonte? Que fizemos nós, ao desatar a terra de seu sol? Para aonde se move ela agora? Para onde nos movemos nós? Para longe de todos os sóis? Não caímos continuamente? Para trás, para os lados, para a frente, em todas as direções? Existe ainda ‘em cima’ e ‘embaixo’? Não vagamos como que através de um nada infinito? Não sentimos na pele o sopro do vácuo? Não se tornou ele mais frio? Não anoitece eternamente? Não temos que acender lanternas de manhã? Não ouvimos o barulho dos coveiros a enterrar deus? Não sentimos o cheiro da putrefação divina? – também os deuses apodrecem!

Deus está morto! Deus continua morto! E nós o matamos! Como nos consolar, a nós, assassinos entre os assassinos? O mais forte e mais sagrado que o mundo até então possuía sangrou inteiro sob os nossos punhais – quem nos limpará deste sangue? Com que água poderíamos nos lavar? Que ritos expiatórios, que jogos sagrados teremos que inventar? A grandeza deste ato não é demasiado grande para

<sup>24</sup> Exemplo máximo disso é o hedonismo ao qual nosso tempo está sujeito.

nós? Não deveríamos nós mesmos nos tornar deuses, para ao menos parecer dignos dele? Nunca houve ato maior – e quem vier depois de nós pertencerá, por causa deste ato, a uma história mais elevada que toda história até então!”

Nesse momento silenciou o homem louco, e novamente olhou para seus ouvintes: também eles ficaram em silêncio, olhando espantados para ele. “Eu venho cedo demais”, disse então, “não é ainda meu tempo. Esse acontecimento enorme está a caminho, ainda anda: não chegou ainda aos ouvidos dos homens. O corisco e o trovão precisam de tempo, a luz das estrelas precisa de tempo, os atos, mesmo depois de feitos, precisam de tempo para serem vistos e ouvidos. Esse ato ainda lhes é mais distante que a mais longínqua constelação – e no entanto eles o cometeram !”

– Conta-se também que no mesmo dia o homem louco irrompeu em várias igrejas, e em cada uma entoou o seu *Requiem aeternam deo* . Levado para fora e interrogado, limitava-se a responder: “O que são ainda essas igrejas, se não os mausoléus e túmulos de Deus? (NIETZSCHE, 2001, p. 147).

Escolhemos a citação clássica e completa de *A Gaia Ciência*, mas aqui não nos é tarefa deslindar a riqueza semântica e conceitual do texto. Recolheremos dele o que nos cabe no agora como proveitoso para a perseguição de nosso intento enquanto monografia. Voltados a este fito, ressaltamos entre todo o dito na passagem de Nietzsche o assassinio de Deus por nós, herdeiros de seu espólio, a perdição na qual nos encontramos sem seu lume e a nossa incapacidade, enquanto meros homens, de assumir completamente esse feito, pois vale aqui indagarmos como o faz o filósofo: “Nós mesmos não precisamos nos tornar deuses para que venhamos a aparecer como apenas dignos deste ato?”.

O louco citado pelo filósofo afirma termos sido nós os responsáveis pelo assassinio de Deus. Ora, sem grandes divagações, se partirmos da constatação de que os valores humanos são criações humanas, teremos de nos permitir a conclusão de que a destruição deles também o é. Deus, o além-mundo e o que lhe concerne fazem parte do imaginário e do pensável do ocidente há milênios. E quanto a sua morte?

A morte de Deus tem sua origem na ciência cartesiana, ciência sem metafísica, e se consoma na metafísica racional, naquela metafísica que se encontra nos fundamentos da matemática, única a indicar o que é seguro e certo para o exercício da razão. (BITENCOURT, 2008, p. 267).

A fala de outros loucos, estes já imiscuídos entre nós, defende a afirmação de ser Nietzsche o assassino de Deus. Esses loucos se desproveem de esmero no investigar e no pensar. Na passagem vimos claramente: o filósofo só constata o ocorrido. O valor supremo, Deus, começa a morrer quando, em vez de guiar sobre tudo e todos os rumos de tudo que se

sabe e se pode saber, se transmuda desafortadamente em argumento ou em conceito para um sistema, como o de Descartes, e mesmo o de Kant.

Para legitimar e justificar a natureza e a necessidade de Deus em seu sistema filosófico, Descartes abandona o Deus da revelação, o Deus que revela ao homem, através da fé, todas as verdades, inclusive algumas daquelas que têm origem nas ciências, e assume um Deus desprovido da aura sobrenatural, cuja natureza é puramente lógico-matemática, encontrando na razão natural o limite, sua condição de ser (BITENCOURT, 2008, p. 269).

A aniquilação dos valores na figura de Deus começa já muito antes de Nietzsche, como se vê. Se ele passa pois a se esvaziar, mas sendo ele o supremo doador de valor de tudo, então tudo, nesse imbróglio, também vai se esvaziando, perdendo o tónus, o viço. Semelhante efluir do valor se faz ver também no esboroamento do sentido de tudo. E o nome desse esboroar de sentido é niilismo.

Sob as garras do niilismo o realizar humano se dana em perdição de sentido por todo lado. Sobram as estruturas esqueléticas do que antes se movia prene de sentido. É no perceber desse vácuo obscuro que se compreende tanto a burocracia quanto a já designada por nós apatia totalitária. Deus morre, mas o ritual prossegue; os valores se esvaem, mas a estrutura política-administrativa prossegue<sup>25</sup>. E a massa, ainda que vazia de valores, prossegue o ritual, frequentando “os mausoléus e túmulos de Deus”, as instituições em geral, e obedecendo à estrutura vazia do Estado. Onde nada vigora, um grito mais alto, um dizer certo, um olhar sobranceiro e promissor ganha atenção invulgar. Qualquer aparência de força emerge como esperança de um livramento da apatia e de uma doação de sentido à existência. No que esse sobressair alvissareiro vem já eivado de doença, ódio e espírito de pesadume, corre-se o risco do despontar de um rumo mau que macula e contamina todos os que o seguem, porque eles clamam por rastejar, como nos mostra o poema *O Verme*, de Mário Tavares: “Não tenho pena dos que rastejam / Porque são vermes / E como vermes construirão a civilização / Da qual Eu serei o Rei” (TAVARES, 2014, p.65).

#### 4.1 NIILISMO: O ABISMO QUE SE ABRE ENTRE HOMEM E DEUS

---

<sup>25</sup> Deus continua sendo necessário, de acordo com Kant, para que aqueles ainda em sua menoridade de razão sejam convencidos a agir de acordo com o bem. Cf. KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden. Edição bilíngue. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 630p.

O sem sentido de tudo não significa um vazio claramente visível. A massa preenchedora dos anseios totalitários pode crer seguir algum valor agora, amanhã outro, assim ininterruptamente.

Descrevo o que virá: a chegada do niilismo [...]. O homem moderno crê experimentalmente ora num ora noutro valor, para depois esquecê-lo. Cresce sempre mais o círculo dos valores superados e esquecidos. Percebe-se sempre mais o vazio e a pobreza de valores. É um movimento incessante, apesar de todas as grandes tentativas de detê-lo. No máximo, o homem ousa uma crítica genérica dos valores. Reconhece sua origem. Conhece demais para não crer mais em valor algum. Esse é o *pathos*, o novo frêmito [...] não crer mais em valor algum. Essa é a história dos dois próximos séculos [...] (NIETZSCHE apud VOLPI, 1999, p. 56).

Na sequência de valores voláteis nenhum se firma. E aí ninguém é bom, ninguém é mau. O bem que se pode praticar, vale pouco; o mal que se pode cometer, vale nada. Não obstante, parece ser característico do fazer-se humano guiar-se por algo que não deixe claro o vazio de tudo que lhe vem à frente. O nada a amedrontar-nos não pode dar a sua cara. No temer de nossa face vazia, temos medo de tudo que nos espelha. Na ânsia de obnubilar esse ver-nos, clamamos por valores, ainda que não haja propriamente mais valores, ou seja, ainda que eles sejam meras aparências de valores, meros fumos fugazes. Nada mantém sua força, tudo precisa da novidade de ser de novo novo. Tivéssemos tempo, abordaríamos o mundo que é o em que chafurdamos, o do consumo, onde tudo tem algum sentido pelo tempo de um espasmo, mas aqui, neste trabalho, não temos nem tempo nem espaço para tal empreendimento. Por conta disso, voltados a nosso tema.

No confrontar o vazio das coisas com o almejar por sentido, temos o perigo sempre ainda presente de alguém sabedor dessa arapuca e sedutor por natureza tomar os rumos da massa sedenta, tão sedenta que se avilta a saciar-se mesmo com lama e sangue. Esse sabedor e sedutor se nos apresentou holocausticamente sob o nome de Hitler. A massa em seu comando conformadora de si na medida da suástica, no ser a massa que era, era informe, já que vazia. A perda de vigor dos valores detona qualquer resistência à apresentação de algo “cheirando” a valor, algo portador de algum rumo possível. O ser informe da massa, então, pode se conformar na construção de algum rumo ou na deformação de um mero servir abjeto. O vaziamiento do que se poderia ser evacua também do poder ser o outro. O ser si mesmo é nada, o ser outro também. O ser si mesmo se conforma e deforma em máquina de matar e deixar matar, o ser

outro se retrai de humanidade e pode tornar-se fisicamente no nada existencial de que já era vítima. “Arendt achou Eichmann um homem pouco inteligente, mas sua falha de caráter mais significativa era a incapacidade de olhar para qualquer outra coisa a partir da perspectiva do outro” (FRY, 2010, p. 46).

O mal banalizado é o mal vazio de paixão, é o mal cego para o outro. Não caberia aí sequer alguma ética, porque só é possível falar em ética na consideração do outro. Na ausência da dignidade do outro, não há cuidado. Aquele que só reconhece a si mesmo na detenção de valor obscura do que lhe é alheio. Com o outro desaparecer, o próprio estar no mundo desviceja, então tanto faz isso ou aquilo, e, derradeiramente, o próprio viver em meio a suas vertentes se converte em acidente, perde seu escopo, seu telos. Por que vivemos? Apenas porque nascemos! Falta-nos o rumo. “*Nihilismo*: falta-lhe a finalidade. Carece de resposta a pergunta ‘para quê?’. Que significa o nihilismo? *Que os valores supremos se depreciaram*” (NIETZSCHE, 2011, p. 139). No referenciar do nihilismo enquanto engendrador da *banalidade do mal*, é-nos mister dizer que ele engendra de modo generalizador a banalidade, não necessariamente do mal, mas a banalidade de tudo.

E quanto à responsabilidade do mal infringido àqueles que não compunham o projeto do sabedor e sedutor supremo, daqueles esvaídos de humanidade, dos outros, dos não arianos? Há culpados? Eichmann é culpado? Mais quem é culpado, todos os alemães, só os soldados, só os generais, só Hitler? “Se todos são culpados, ninguém o é” (ARENDRT apud FRY, 2010, p. 52). Em que levemos isso em sua necessária seriedade, ficamos com a impressão medonha de uma máquina impessoal, a máquina totalitária, a que não se pode culpar, pois a culpa é toda humana. Aí se assenta o caráter terrível do nihilismo: a impessoalidade de todos os valores. Matar, no caso de Eichmann principalmente, não é nada pessoal. Nesse ponto encontramos o principal problema em caso: ele abdica de ser pessoa, de ser gente para, no esvaziamento de si, permitir-se locupletar pelas diretivas da máquina totalitária.

Felizmente, nós não temos de ir tão longe. Você próprio não protesta contra a verdade mas, apenas, contra a potência da igualdade de culpa por parte de todos os que viveram num estado, cuja principal finalidade política tinha se tornado a realização de crimes inacreditáveis. Também não importa através de que acidentes exteriores ou circunstâncias interiores, você foi empurrado para o caminho da criminalidade, há um abismo entre o fato do que você fez e a potência do que os outros poderiam ter feito. Aqui só nos interessamos pelo que você fez e não pela possível natureza – não criminosa de sua vida íntima e de seus motivos, ou com a potencialidade criminosa daqueles que o cercavam. Você nos contou sua estória em termos de uma malfadada estória e, conhecendo as circunstâncias, estamos chegando à conclusão de poder

garantir-lhe que, sob circunstâncias mais favoráveis, seria muito pouco provável que você jamais tivesse chegado diante de nós ou diante de qualquer outra corte criminal. Devido ao argumento, podemos concluir, que não foi nada mais do que má sorte, que transformou você num instrumento de uma organização de assassinato em massa; entretanto permanece o fato de que você o perpetrou e, portanto seguiu ativamente uma política de assassinato em massa. Porque a política não como um quarto de criança; na política a obediência e a perpetração são a mesma coisa. E exatamente por você instigar e praticar uma política de não querer dividir a terra com o povo judeu e com os povos de várias outras nações – como se você e seus superiores tivessem qualquer direito de determinar quem deveria e quem não deveria habitar o mundo – nós achamos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana quer dividir a terra com você. Está é a razão e, a única razão, pela qual você deve ser enforcado (ARENDETT, 1983, p.287).

Eichmann, assim como tantos outros, é culpado por ser banal, por não mensurar humanamente os valores de tal modo a decidir, com plena apreensão das consequências, o que seguir e não seguir, o que cumprir e não cumprir. No que ele insistentemente se nega a reconhecer ter cometido algum mal, ele deixa claro que não é mais gente, é engrenagem cumpridora de tarefas numa máquina totalitária. E a máquina mesma não é má nem boa, ela se insere nas possibilidades abertas pelo acontecimento histórico chamado niilismo. No aniquilar (*annihilo*) de todos os valores, ergue-se um abismo à beira do qual nos encontramos. Do outro lado, inalcançável, jaz Deus<sup>26</sup> morto como representação da impossibilidade de uma orientação superior para o viver o mundo. O que nos resta nessa desorientação e à beira do nada é um encontrar-se perdido, é um desespero que se resume no supracitado esvaziamento de si de cada um de nós, o que transforma tudo em relativo; nada tem valor em si, levando também à relativização do bem e do mal. Só assim, perdido de valores superiores e permanentes, é possível a Eichmann agir burocraticamente e acatar como não sendo nada de mais as ordens mais denegridoras da humanidade do homem. Ser bom, aí, é ser eficiente enquanto engrenagem da máquina totalitária. Não é mais por meio da fé em Deus, que se dava internamente ao ser humano, mas pela lei externa. Cumprir a lei parece ser a única coisa certa que se fazer. Se a lei for contrária aos princípios da razão ou mesmo da fé, pouco importa aqui, pois o bem sob o totalitarismo é agir em conformidade com a lei, com a ordem. O mal, assim, pode se travestir de bem, enquanto observar a eficácia da obediência aos mandamentos do supremo guia, do *Führer*, de Hitler.

Se pensarmos pelos princípios de Kant, os quais postulam como bem agir unicamente aquele conduzido pela vontade submetida ao princípio racional, portanto pela vontade

---

<sup>26</sup> Gostaríamos mais uma vez de ressaltar que Deus aqui é usado com o sentido de *valores supremos*, não em sua polissemia religiosa.

universal, somos obrigados a dizer que tais princípios tem sido historicamente irrealizáveis. Apenas Deus poderia conduzir seu agir de acordo com sua vontade que, ao mesmo tempo, está em consonância com a razão universal. E mesmo esse Deus teria de ser muito mais um Deus dos filósofos<sup>27</sup> que o Deus abraâmico, pois apenas no primeiro se vê o portar-se racional descortinador dos desígnios do mundo, ao passo que no segundo o *lumen naturale* cede sempre lugar ao mistério místico da fé, pois “o Deus da Idade Média permanecia um Deus misterioso” (LE GOFF, 2010, p. 101). O mais próximo que se chegou historicamente ao cumprir dos princípios kantianos foi uma aberração: a inflamação de uma vontade individual em vontade universal e racional, no estabelecimento de um novo universo, a Alemanha, de uma nova racionalidade, a nacional-socialista, e de um novo deus, Hitler. Sob a égide dessa nova configuração histórica, ser bom seria seguir o tempo-espaço político específico, aquele ditado por uma vontade preta de paixão e seguida por um povo apático e vazio, pronto para servir.

No que a Hitler se permitia seguir sua vontade racional histórico-construída, ele era livre. Enquanto a história fosse jogo de suas vontades, a lei era seu quintal, assim como fora de Deus, antes de seu ocaso. Na sua servidão, os adoradores do líder nacional-socialista, ajudaram a constituir uma realidade confinada ao território crescente do Terceiro Reich onde há o pleno exercer da lei. Mas esta lei, como já indicado, não é a lei moral. E não é porque ao contrário do que Kant dita, mesmo em essa massa se fazendo por atos cabíveis à lei, que neste meio era uma lei moral transviada, mas sim porque esses servos do *Führer* seguiam, efetivamente, uma vontade sensível e não verdadeiramente racional. E ao contrário do que deveria ser, estes não agem dessa forma levando em conta a noção de liberdade em Kant, portanto ainda que fossem sancionados seus atos, esses eram maus, pois mesmo na bondade ditada por aquela realidade, ou seja, mesmo na sequência da lei do estado nazista, faz-se o mal graças a não apropriação desses ditos atos à vontade dos que o exercem, já que esses são vazios de racionalidade universal e mesmo de paixão volitiva, sendo meros autômatos morais e eficazes movimentadores da rodaviva ariana.

---

<sup>27</sup> Cf. BITENCOURT, 2008; LE GOFF, 2010.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “NADA MAIS DO QUE PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO”, OU MELHOR, NÃO FAZENDO**

Ao tratarmos de temas tão árdusos como totalitarismo, banalidade do mal e niilismo, não o fazemos como um mero aceno ao remoto; fazemo-lo submersos em sua contemporaneidade. Não podemos nos enganar no crer de uma mera curiosidade investigativa quando defrontados com o passado pungente. Somos perpassados por ele e o carregamos ainda conosco. Por conta

disso, nosso fazer ou deixar de fazer se permite compreender apenas na sua remissão ao que à primeira vista consta do ido, mas que, no que é visto de perto, está a nossa frente. Essa constatação elimina a ingenuidade de nossos olhos. Todos somos agentes potenciais da banalidade do mal e temos no niilismo nosso pasto. Conseqüentemente, no expormos essas mazelas, expomo-nos a nós mesmos. Emaranhamo-nos hodiernamente no sistema de sustentação econômico-político que permite a roda do que chamamos democracia girar. Cremos, sob esse sistema, em princípios bons e nos vemos a nós mesmos como trilhadores deles. Nada obstante, antes mesmo de nos perguntarmos que princípios bons são esses e por que, afinal, são bons, é mister perguntar: eles são o suficiente para o bem agir? Basta-nos reconhecer o princípio bom para segui-lo? Seguimos o princípio bom pela simples razão de ele ser bom?

A luta, que todo homem moralmente bem intencionado precisa vencer sob a condução do bom princípio contra os ataques do mau princípio nessa vida, não pode lhe propiciar nenhuma vantagem maior, por mais que ele se empenhe, do que a libertação em relação ao *domínio* desse último princípio. (KANT apud CASANOVA, 2013, p. 28).

O homem moralmente bem intencionado não pode esperar recompensa por sê-lo. Ele deve agir de acordo com o princípio bom apenas por ele ser bom, e justamente por ser o princípio bom, é o único aceitável racionalmente. Deve bastar ao homem para ser realmente bom a sequência do princípio bom e o resultante domínio sobre o princípio mau. Ambos habitam o homem, um enquanto racional, o outro, sensível, como abordado no segundo capítulo. A maioria do homem – a sequência completa de sua racionalidade tanto no âmbito do conhecimento quanto no da prática moral –, assim como sua liberdade, redonda inicialmente na compreensão da copertença do princípio mau e do bom para, então, se fazer completamente pela submissão do princípio mau, sensível, ao princípio bom, racional. No entanto, o princípio mau, ou seja, o sensível, reclama por mimos sem cessar. Quando o homem cede a seus reclamos e o alimenta, ainda que como resultado de sua ação se tenha feito o bem, sua ação não nasce do princípio bom, não se faz por si e a partir de si. O exemplo mais claro disso é a esperança de recompensa pela ação. Ou mesmo a vaidade pela consecução de uma ação.

O *fato de ele se tornar livre*, o fato de “ele ser arrancado à escravidão sob a lei dos pecadores, a fim de viver da justiça” é o ganho mais elevado que ele pode alcançar.

Mas ele continua sempre exposto na mesma medida aos ataques dessa lei dos pecadores; e ele precisa estar sempre incessantemente equipado para afirmar sua liberdade, que é constantemente contestada (KANT apud CASANOVA, 2013, p. 28).

É por isso que devemos estar “sempre incessantemente equipados”. Nossa liberdade, a que alcançamos apenas pela observação da lei moral em consonância com a vontade racional no sobrepujar do sensível enquanto princípio mau, só se mantém no alerta constante da coerência entre o agir, a lei moral e a vontade racional. Isso tudo é a tarefa do indivíduo frente à configuração político-econômica que ele encontra. Na investigação do totalitarismo, vimos o indivíduo esvaziado de qualquer vontade racional e entregue a uma lei *imoral*, a do *Führer*, sendo, portanto, seu agir, sem escape, mau. E quanto a nós? Em ordem de entabularmos alguma compreensão de nosso pertencer a esse imbróglio, faremos uso paradigmático daquele que se viu culpado sem o ser e preso sem saber por quê; aquele que não consegue conciliar seu agir com as forças externas da engrenagem do sistema sócio-político-econômico que o cerca: K., personagem principal do livro *O processo*, de Franz Kafka<sup>28</sup>.

Trata-se de uma inserção metafórica do homem no mundo burocrático, nas amarras governamentais. A luta que aí se trava é a daquele imerso justamente na relação de submissão a essas amarras enquanto se sente a falta de sua capacidade de percepção, a falta geradora da vontade de conquista de sua liberdade. Vemos na figura dos guardas exemplários submissos, vazios e obedientes, que ignoram por que razão fazem o que fazem, mas obedecem como boas engrenagens e, melhor, não questionam. É precisamente aí que K. surge como um perigo, mas não só um perigo para si mesmo, quando também para as garras que lhe interrompem o caminho até a liberdade. Ele dá um passo em direção ao fora: ele estranha a própria máquina burocrática,

---

<sup>28</sup> Franz Kafka “nasceu em 3 de julho de 1883 na cidade de Praga, Boêmia (hoje República Tcheca), então pertencente ao Império Austro-Húngaro. Era o filho mais velho de Hermann Kafka, comerciante judeu, e de sua esposa Julie, nascida Löwy. Estudou em sua cidade natal, formando-se em direito em 1906. Trabalhou como advogado, a princípio na companhia particular Assicurazioni Generali e depois no Instituto de Seguros contra Acidentes do Trabalho. Duas vezes noivo da mesma mulher, Felice Bauer, não se casou. Em 1917, aos 34 anos de idade, sofreu a primeira hemoptise de uma tuberculose que iria matá-lo sete anos mais tarde. Alternando temporadas em sanatórios com o trabalho burocrático, nunca deixou de escrever, embora tenha publicado pouco e, já no fim da vida, pedido inutilmente ao amigo Max Brod que queimasse seus escritos. Viveu praticamente a vida inteira em Praga, exceção feita ao período de novembro de 1923 a março de 1924, passado em Berlim, longe da presença esmagadora do pai, que não reconhecia a legitimidade de sua carreira de escritor. A maior parte de sua obra - contos, novelas, romances, cartas e diários, todos escritos em alemão - foi publicada postumamente. Kafka faleceu em um sanatório perto de Viena, Áustria, no dia 3 de junho de 1924, um mês antes de completar 41 anos de idade. Seu corpo foi enterrado no cemitério judaico de Praga. Quase desconhecido em vida, o autor de *O processo*, *Na colônia penal*, *A metamorfose* e outras obras-primas da prosa universal é considerado hoje - ao lado de Proust e Joyce - um dos maiores escritores do século XX” (Disponível em <http://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00250>, acesso em 13/07/2014).

como um apátrida dela. E isso se revela de modo curioso: K. parece nascer no dia em que os guardas vão prendê-lo. No nascer dele, nasce a história do livro. Adjunto a isso, nasce um estranhamento que, veremos, é já uma consciência. Podemos presumir que K. era tal qual os guardas, perfeito funcionário automatizado para seguir regras sem nunca questioná-las ou mesmo precisar se dar conta delas. Abrupta e violentamente, numa manhã, ele não só desponta como infringente de alguma regra, como se vê na precisão de se dar conta pela primeira vez da existência de regras não explícitas que ele teria quebrado. A confusão que se cria tem como consequência algo que se vai percebendo no decorrer da história malfadada: o sentimento de culpa germina e concrecentemente toma conta de K.<sup>29</sup> Ele não sabe por que está sendo preso, aliás, ele não está realmente preso, pois segue a faina cotidiana, mas supõem-se assim e os guardas que o vão vigiar lho confirmam. Mesmo sem saber a razão de sua suposta prisão, ele segue os meandros labirínticos do processo. A culpa acirra-se com o mistério da origem da autoridade que o detém. O ponto nodal que introduz essa sordidez autoinfringida inicial é bem expresso pelo trecho:

A autoridade a cujo serviço estamos, e da qual unicamente conheço os graus inferiores, não indaga os delitos dos habitantes, senão que, como o determina a lei, é atraída pelo delito e então somos enviados, os guardas. Assim é a lei, como poderia haver algum erro?

-Desconheço essa lei - disse K.

-Tanto pior para você - replicou o guarda.

-Sem dúvida, essa lei não existe senão na imaginação de vocês - prosseguiu dizendo K., com a intenção de penetrar o pensamento dos guardas e procurando induzi-lo em seu favor. O guarda, porém, limitou-se a dizer:

-Você logo sentirá o efeito dessa lei.

Então, interveio Franz.

-Observe bem, Willem; por uma parte admite que desconhece a lei e por outra afirma que é inocente.

---

<sup>29</sup> É curioso notar a identificação do próprio autor com a personagem que se chama K. Além disso, um dos guardas se chama Franz. Temos, assim, logo de início a impressão de ser ele o acusado e o acusador.

-Tens razão, mas não podemos fazê-lo compreender isso - disse o outro (KAFKA, 1992, p.39).

Nem os guardas conhecem a autoridade a que obedecem, mas ainda assim a obedecem. A máquina burocrática apresentada pelo livro de Kafka é impessoal, ali não há um *Führer* nem um *Вождь*<sup>30</sup>, há apenas obediência. Somos levados a pensar, então, que de algum modo K. não se vê ele mesmo mais como bom obediente, por conseguinte, sente-se culpado. A noção de dever ser preso seria talvez um passo, ainda que negativo, em direção de alguma autonomia diante do sistema, de alguma consciência, cujo primeiro sinal é a culpa. Essa culpa, então, é que faz com que a autoridade seja “atraída pelo delito”, que, no caso, é o próprio sentir da culpa. Fundamental é perceber a introjeção das regras da organização, aqui, judicial, e a aporia que se cria quando alguma consciência do agir autônomo brota. Isso porque é necessário para o bom funcionamento da máquina estatal, como vimos, o ocar daquele que a ela é servil.

A fala do guarda Franz implementa outro comprometimento: “-Observe bem, Willem; por uma parte admite que desconhece a lei e por outra afirma que é inocente”. Justamente por ser imaginária, a lei pode adquirir qualquer forma, por conta disso não há inocência possível. Para cada consideração de erro, para cada sentimento de culpa, imediatamente instaura-se uma lei para lastrear esse sentir-se já sob o pesadume. Para todo lado que K. se volta, ele se depara com a perseguição de si mesmo, ou melhor, com a perseguição da porção de si que ainda está vinculada à máquina da qual até então ele fora boa e eficiente engrenagem.

K. é funcionário de um banco<sup>31</sup>. Na sequência da culpabilização persecutória, K. vê em pequenos cômodos do próprio banco cenas referentes a seu processo, como o espancamento dos guardas Franz e Willem, por K. ter reclamado do procedimento inóspito deles no endereçarem-se a ele. Ele aos poucos vai enlouquecendo aos olhos de si e de todos que lhe tropeçam ao caminho. Esse tornar-se louco, entretanto, é o despertar da alguma moralidade. Nada obstante, o fardo da expectativa do sistema e da parte dele já correndo nas veias de K. obnubila o sentido de seu abrir de olhos e enfraquece seu prosseguir em direção à consciência moral. Ele é cria e presa da organização. O caminho para sua libertação se torna sua loucura.

<sup>30</sup> Equivalente russo para *Führer*. Pronuncia-se /voʂtʲ/.

<sup>31</sup> Que melhor exemplo de requisição de bom funcionamento e esvaziamento que o esperado de um funcionário de banco? Imaginai um funcionário de banco com consciência, isso constitui um paradoxo, pois a ação bancária requer, para sua eficácia monetária, uma desconsideração sistêmica dos males possíveis no caminho da garantia de seus lucros, vide crises financeiras.

“Nenhum pastor e um só rebanho! Cada um quer o mesmo, cada um é igual: quem sente de outro modo vai voluntariamente para o hospício” (NIETZSCHE, 2011, 19). K. não tem forças para assumir seu sentir diferentemente, então vai, aos poucos, “voluntariamente para o hospício”. Esse caminho é o do exílio de todo o comum, de todas as gentes, mas é também o caminho para a liberdade.

A liberdade plena do homem para Kant se faz em meio ao exercício pleno de sua racionalidade moral. Portanto, um ser racionalmente incondicionado que reja suas vontades moralmente se faz de pronto um ser livre, emancipado, um ser autônomo. Baseado nessa concepção kantiana a personagem de K. vê-se encurralada pela burocracia moral em sua cabeça, por não haver-se plenamente livre enquanto ser racional. K. faz-se dessa forma um homem detido em sua própria incapacidade (sua não emancipação). Essa detenção, no entanto, paradoxalmente é o primeiro passo para sua emancipação. Aí ele se torna um contestador.

Temos em Eichmann o extremo oposto. Se por um lado K. sente sua detenção e sua loucura num movimento interno de conscientização, Eichmann precisa de forças externas para confrontar-se com sua submissão burocrática ao governo. O mal em Eichmann é banal porque ele não é “detido”, nele não se desperta consciência nenhuma. Ele se porta tal como os guardas que vão prender K.: ele ignora a moralidade e a dignidade da autoridade, mas não deixa de obedecer as ordens. Já K. sente o peso da autoridade, da lei e da burocracia arrastando-o e se debate perplexo. E o que separa, além disso, Eichmann de K. é o maior perigo e atualidade da organização a que K. se vê imposto: essa máquina não tem condutor. Em Eichmann há autoridade reconhecível, visível e, mesmo, atacável por forças externas, como realmente aconteceu; em K. não há autoridade visível e nenhuma força externa a pode ferir, porque, aí, não há exterioridade. A única possibilidade de ataque a ela é, ao mesmo tempo, um ataque a si mesmo: o reconhecimento da marca da organização no pensar, julgar e agir que, no caso de K., se traduz em culpa, uma culpa solitária, próxima da que sente o desperto para a liberdade quando sob o jugo da democracia que, em tese, ela sim, deveria libertar, mas finge libertar ao aprisionar na teia burocrática das aparências, bloqueando a via até aquela primeira liberdade.

Podemos concluir que não há libertar-se sem loucura. É preciso ver-se miserável para atentar a algo. Quando assim se descobre, o homem olha a seu redor e a si mesmo já com olhos de espanto e pode, finalmente, perguntar-se: o que estou fazendo aqui? Nosso trabalho caminha nesse sentido, o que fazemos é “nada mais do que pensar o que estamos fazendo” (ARENDDT,

1998, p. 5. Tradução nossa).<sup>32</sup> É aí que percebemos: não há poesia sem miséria, não há beleza sem a constatação de estranhamento ao que nos rodeia. No entanto, do mais cinzento asfalto, nasce uma flor “[...] feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio” (ANDRADE, 2003, p. 119). E o que faremos com essa flor?

### 5.1. PRESENTE: O PRINCÍPIO DO PRINCÍPIO<sup>33</sup>

“Resta-nos a esperança/ (como na insônia temos a de amanhecer)/ que um dia se mude, sem notícia/ clandestino, escarninho, vingativo/ pesado,/ que nos abandone/ e deserto fique esse lugar de sombra/ onde hoje impera/ sempre imperará?” (ANDRADE, 2003, p. 214). Será que a b(e)andi(t)da clandestinidade do pensamento sempre imperará? Atentaremos impiedosamente a enlouquecermos por termos identidade? O desejo do livramento expresso por Drummond está na reflexão do passado frustrador do presente. Pois aquilo que um dia teve seu despertar não mais tem seu lugar, fora esquecido. Esperar pela vinda libertadora da irracionalidade é constante. Que razão há em ser detido por pensar? A verdade é que somos discriminados quando afirmamos com convicção e diferença o por nós concebido em palavras, escritas ou faladas. Acusam-nos de prepotentes e alegam não “poder”mos arriscar, pois o que fazemos não nos cabe, por não haver lógica naquilo que foge ao normal, às expectativas da massa. Os convidamos, pois, a causar discórdia, repressão. Somente assim poderemos ser sem restrição aquilo que somos, aquilo que apenas cada detentor de sua própria identidade é, para si e em si.

Extravasada a pessoal aflição, cabível a todos os “atentivistas”, indivíduos perseguidos por procurar guiar sua ação pelo pensar confrontador, podemos nos voltar para o percurso que descrevemos em nosso trabalho e perceber o perigo ali mostrado, o de não fazermos nada diante do que aflige e oprime. Quando elegemos a apatia, não a luta, protegemo-nos, porque ela nos

<sup>32</sup> Texto em língua estrangeira: “[...] is nothing more than to think what we are doing”.

<sup>33</sup> “A cena é o campo de batalha no qual se digladiam as forças do passado e do futuro; entre elas encontramos o homem que Kafka chama de ‘ele’, que, para se manter em seu território, deve combater ambas. Há, portanto, duas ou mesmo três lutas transcorrendo simultaneamente: a luta de ‘seus’ adversários entre si e a luta do homem com cada um deles. Contudo, o fato de chegar a haver alguma luta parece dever-se exclusivamente à presença do homem, sem o qual – suspeita-se – as forças do passado e do futuro ter-se-iam de há muito neutralizado ou destruído mutuamente. [...] Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro; é essa inserção – o *princípio de um princípio*, para colocá-lo em termos agostinianos – que cinde o contínuo temporal em forças que, então, por se focalizaram sobre a partícula ou corpo que lhes dá direção, começam a luta entre si e a agir sobre o homem da maneira que Kafka descreve” (ARENDDT, 2013, pp. 36, 37. *Grifo nosso*).

anestesia o viver. Parece, inicialmente, que estamos nos fortalecendo, dado que já nada nos fere. “Fraqueza ou força: está aí, é força. Não sabes nem aonde vais nem por que vais, passas por tudo, respondes a tudo. Não te matarão mais, por já seres cadáver” (RIMBAUD, 2006, p. 31). No entanto, corremos o risco de vagarmos como cadáveres, de não herdarmos o vigor do que fura “o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”. Esse vigor vem do movimento contrário à apatia, vem de nos expormos às experiências da história, pois aí vivemo-las e as podemos assimilar não só no pensar o que nos passa, mas também no agir frente ao que nos passa. O apelo da apatia, porém, é forte. E cada vez mais nos enleia. Permaneceremos inertes? A fim de não nos abatermos em marasmo, precisamos primeiramente atentar para que “a ação que possui sentido para os vivos somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdaram e questionam” (CHAR apud ARENDT, 2013, p.31). Ficaremos apenas com o sentido esboroadado do que aqui procuramos descrever ou colheremos o valor que delas exala? Se não abraçarmos o passado em seu vigor de valor, corremos o risco contra o qual nos advertiu Tocqueville apud Arendt (2013, p. 32): “Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”. Encontramo-nos nas trevas da incompreensão do que nos passa? Encontramo-nos nas trevas da apatia frente ao que nos passa? Ainda podemos viver perigosamente? Ou seja, ainda podemos reconhecer que “viver é negócio muito perigoso” (ROSA, 1970, p. 11)? Ou já abdicamos do reconhecimento de qualquer perigo e nos estamos dispondo a deixar de viver para não sermos incomodados? Vimos, recentemente, algum fôlego de ideias perigosas surtir efeito: em junho de 2013 tivemos manifestações maciças no Brasil. Foi um grito sufocado por muito tempo. Tal grito, entretanto, logo depois se calou e sobrou apenas o sussurro das ideias que ainda pervagam e apontam para o grande perigo que é pensar, agir de acordo com o pensamento e procurar furar o asfalto da opressão em todas as suas formas: política, econômica, policial, escolar, de gênero, racial, sexual, psiquiátrica. Esse sussurro, entretanto, só ele já amedronta, a ponto de as forças visíveis e invisíveis da opressão reagirem com o que lhes apraz: mais opressão. Resistiremos e empunharemos a flor que fura o asfalto contra o maior de nossos perigos, a apatia, ou restaremos quietos, sem força, sem vida? Colocamo-nos perplexos diante dessas possibilidades abertas e procuramos nós mesmos, com nosso trabalho, também furar asfaltos, mas “meus olhos são pequenos para ver / tudo que uma hora tem, quando madura, / tudo que cabe em ti, na tua palma, / ó povo! que no mundo te dispersas” (ANDRADE, 2003, p. 207).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. 1599p.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & texto, 1983. 314p.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2009. 832p.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. 5 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000. 350p.

\_\_\_\_\_. **Human Condition**. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998. 301p.

BÍBLIA. **Almeida Corrigida e Revisada**. Disponível em <http://www.bibliaonline.com.br>. Acesso em 20/03/2014.

BITENCOURT, J. A. **Descartes e a morte de Deus**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2008. 408p.

BRANDÃO, J. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 2. 404p.

BROWN, P. **Santo Agostinho, uma Biografia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2006. 669p.

CASANOVA, M. **Eternidade frágil: Ensaio de temporalidade na arte**. Rio de Janeiro: Viaverita, 2013. 430p.

DOSTOIEVSKI, F. **Os irmãos Karamazov**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2008. 1040p.

FRY, K. **Compreender Hannah Arendt**. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Vozes, 2010. 216p.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2. 325p.

KAFKA, F. **O processo**. Tradução de Torrieri Guimarães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992. 233p.

KANT, I. **A religião nos limites da simples razão**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: edições 70, 1992. 210p.

KELLY, H. A. **Satã – uma biografia**. Tradução de Renato Rezende. São Paulo: Editora Globo, 2008. 385p.

LE GOFF, **O Deus da Idade Média**. Tradução de Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 126p.

MORA, J. F. **Diccionario de Filosofia**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2v, 1964. 2017p.

NIETZSCHE, F. **A Gaia Ciência**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 376p.

\_\_\_\_\_. **Além do bem e do mal**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 271p.

\_\_\_\_\_. **Assim falou Zaratustra**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 359p.

\_\_\_\_\_. **Vontade de Potência**. Tradução de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2011. 524p.

PASCAL, G. **Compreender Kant**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 192p.

PLATÃO. **Protágoras**. In: Protágoras – Górgias – O Banquete – Fedão. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1980. 367p.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. 460p.

SAFRANSKI, R. **El mal o el drama de la libertad**. Tradução de Raúl Gabás. Barcelona: Tusquets Editores, 2000. 288p.

TAVARES, M. L. **Heidegger e o problema do conhecimento – Kant, Metafísica, finitude**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 122p.

\_\_\_\_\_. **Diário de um psicopata**. Rio de Janeiro: Texto território, 2014. 111p.

VOLPI, F. **O nihilismo**. Tradução de Aldo Vannucchi. São Paulo: Loyola, 1999. 163p.